

SESSÕES DO PLENÁRIO

112ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de dezembro 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO VIANA (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Ângela Sousa, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Graça Pimenta, Ivana Bastos, J. Carlos, Joacy Dourado, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (54)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Leitura do Expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Luiz Augusto, comunicando que esteve ausente nas sessões dos dias 08 e 15/10/2014 devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Há um requerimento sobre a mesa.

(Lê) *“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.*

Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, Art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar a seguinte matéria: o Projeto de Lei nº 21.010/2014, de autoria do Poder Executivo.”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o deputado Mário Negromonte Júnior, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- Sr. Presidente, nobre colega e amigo deputado Adolfo Viana, deputados e deputadas presentes ao Plenário e todos que nos acompanham pela TV Assembleia, assumo a tribuna no dia de hoje para parabenizar a todos os parlamentares que foram diplomados nesta semana. Alguns irão retornar a esta Casa, outros irão para Brasília. Também quero parabenizar e destacar a diplomação do nosso senador eleito, Otto Alencar, do nosso governador Rui Costa e do nosso vice-governador João Leão.

Em tempo, gostaria igualmente de destacar e parabenizar o governador Rui Costa pela indicação, pelo anúncio dos secretários que irão compor o novo governo, especialmente o nosso vice-governador eleito, João Leão, que teve seu nome confirmado para desempenhar um importante papel à frente da Secretaria do Planejamento, ajudando inclusive na coordenação do Orçamento do próximo governo.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, de destacar o papel deste grande e nobre ex-parlamentar – aliás, ainda deputado federal -, o nosso querido João Leão, que desempenhou durante 20 anos um papel reconhecido por todo o Congresso Nacional, sobretudo na atuação da Comissão do Orçamento da Câmara Federal.

Portanto, não tenho dúvidas de que pela sua experiência como prefeito de Lauro de Freitas, secretário de Infraestrutura do Estado da Bahia no governo Jaques Wagner e secretário da Casa Civil do ex-prefeito de Salvador, João Leão haverá de fazer um grande trabalho à frente da Seplan, como também ajudará no todo a gestão do nosso governador Rui Costa.

Da mesma forma, nós depositamos toda a confiança e admiração no secretário indicado Cássio Peixoto, que hoje está à frente da Bahia Pesca presidindo a empresa e fazendo um papel extraordinário na sua condução, assim como já fez também na ADAB, por onde passou antes de assumir uma função no Ministério das Cidades.

Ambos os dois foram indicados pelo Partido Progressista, e tenho certeza de que vão desempenhar um papel à altura desta primeira administração de Rui Costa,

que tem focado muito no perfil técnico e na experiência dos indicados em gestão pública.

Portanto, quero deixar aqui o nosso registro, os nossos agradecimentos ao governador Rui Costa e também desejar boa sorte a todos os secretários que assumirão em janeiro essa nova missão.

Queria deixar registrado igualmente o falecimento da mãe de um dos nossos colegas deputados aqui, Álvaro Gomes, que por sinal teve anunciado o seu nome para assumir a Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado no mesmo dia em que ela morreu, ou seja, estava ali num momento de felicidade mas o dividiu com outro de muita tristeza. Então, queria prestar a minha solidariedade ao nosso companheiro secretário e desejar-lhe sucesso à frente da Setre, assim como acabei de desejar o mesmo a todos os outros secretários que vão desempenhar esse importante papel.

Desejo também ao governador Rui Costa uma grande gestão. Que Deus possa iluminá-lo, e a toda a sua equipe, para corresponder à altura os votos que teve nesta eleição de 2014.

Era isso, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Viana):- Convido a fazer uso da palavra o deputado Rosemberg Pinto, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, servidores, Sr. Presidente, primeiro quero dizer que ontem foi uma noite muito agradável na companhia dos diversos deputados que foram fazer aquela confraternização. O deputado Targino não pôde estar presente, mas estava bem representado por todos nós lá. O deputado Carlos Geilson também não pôde vir de Feira de Santana. Mas realmente foi uma noite agradável em que os deputados conversaram sobre diversos temas. Acho bom que sempre possamos nos encontrar, independentemente da coloração partidária.

Querido presidente Marcelino Galo, quero aqui nesta tribuna dizer do acerto do nosso governador eleito, Rui Costa, na escolha da sua equipe. Acho que um governo que quer ser e tem consciência de que será extremamente positivo -inclusive com a expectativa de superar o que se finda – tem de ser mesclado com aquilo que está funcionando, que vem dando certo, aproveitando a experiência do atual governo ou obviamente construindo desafios para o próximo.

O novo governador traz para a sua equipe um outro olhar do ponto de vista da comunicação, apresentando um jovem que tem serviços prestados à Bahia no conhecimento dessa área. Então, não tenho dúvida de que fará a comunicação do governo de uma forma que faça a sociedade entender não só os desafios, mas também

as ações que vêm se desenvolvendo ao longo dos últimos anos. E mantém aquilo que foi uma marca do nosso governo, a Secretaria de Infraestrutura, sob o mesmo conceito, deputado Joseildo Ramos, pois nela existe a marca do governador Jaques Wagner de ter feito a pavimentação de 8 mil quilômetros de estradas durante estes 8 anos - aliás, uma marca das maiores que aconteceram neste período no Brasil.

Portanto, é lógica, é natural a manutenção do secretário atual, que substituiu o senador eleito e atual vice-governador da Bahia, Otto Alencar, e era o chefe de gabinete, o subsecretário, aquele que também estava na gestão e vai desenvolver um belo trabalho, ampliando ainda mais a infraestrutura do Estado. Ou seja, é o novo e o antigo. É uma demonstração de que o governo aposta e não quer mudar de rumo do ponto de vista do governo que dá certo. Mas também quer apresentar novos desafios com a juventude de Geraldo Reis, desse jovem comunicador para que tenhamos um governo de continuidade, mas com a diferença para melhor.

Fiquei até triste com as críticas que foram apresentadas, fazendo alusão ao nosso querido deputado Álvaro Gomes. Inclusive alguém chegou a falar em perdedores. O deputado Álvaro Gomes não é um perdedor. Ele tem uma história no Parlamento baiano, uma história de ação nesta Casa que merece o respeito de todos nós. Quero mais uma vez reforçar essa posição do governador Rui Costa em manter antigos, trazer novos e dentre eles o nosso colega Álvaro Gomes, que, sem dúvida alguma, será um grande secretário do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Carlos Brasileiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Sr^a Deputada Fátima Nunes, saúdo a presença do deputado Targino aqui no Plenário, por motivos particulares estava afastado, saúdo a imprensa, as taquígrafas, os servidores desta Casa, estamos chegando ao final de mais um ano de exercício do Parlamento. Em particular, eu já estou quase me despedindo deste mandato que muito nos honrou, assim como ao povo do norte e nordeste da Bahia, em especial a minha querida terra de Senhor do Bonfim.

Aqui aprendi muito, muitas coisas vi, de outras participei, contestei, de muitas discordei, mas como diz o presidente Marcelo Nilo, aqui, na casa do povo, temos que entender o contraditório e conviver com o contraditório.

Confesso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não foi fácil no início. Vínhamos do Executivo, de onde conhecíamos o debate na Câmara de Vereadores. Mas, pra mim, chegar aqui e ver os debates calorosos, extremamente positivos, uns cheios de conteúdo, outros nem tanto, isso nos assustou nos primeiros meses. Depois fomos entendendo que a relação no parlamento tem que estar preparada para as adversidades

e os diversos estilos. Não quero dizer com isso que toda experiência tenha sido válida. Não foi. Tivemos alguns momentos delicados dentro desta Casa, muitas vezes não comungamos de alguns procedimentos, mas tínhamos que acompanhar a decisão da maioria, por conta do modelo democrático que vivemos. O que a maioria de partidos ou partidos aliados decidem, temos que acompanhar.

Mas o que quero dizer é que apesar desses momentos não tão felizes, levamos desta Casa uma experiência fantástica. Quem sabe lá adiante, se continuarmos na vida pública e, quem sabe, se formos candidatos a prefeito do município de Senhor do Bonfim, essa experiência de convivência com a diferença nesta Casa, nos ajude a fortalecer uma relação com a Câmara de Vereadores daquele município, porque, repito, foram muitas as experiências vividas e esperamos que isso seja, realmente, uma lição para continuidade na vida pública.

Mas quero dizer ao nobre presidente Marcelino Galo que esperamos ansiosos para que, amanhã, o nosso governador, eleito de maneira inequívoca pela maioria do povo baiano, possa anunciar os novos nomes do seu secretariado e que venha comungando com a defesa que foi feita ontem pelas deputadas Luiza Maia, Fátima Nunes e tantas outras deputadas, que traga, realmente, nomes da ala feminina. Porque entendemos que as mulheres estão sempre mais atentas às questões da sociedade, embora a maioria dos homens têm essa preocupação, mas esperamos que dentro desses 10 nomes venham mais mulheres para compor a equipe de Rui, que venham mulheres com história, que venham mulheres que tenham serviços prestados a Bahia e com histórias de lutas inequívocas para poder ajudá-lo nesse momento.

Estive lá como secretário de Combate à Pobreza e convivendo com o hoje governador Rui Costa, então secretário da Casa Civil, tenho absoluta convicção de que pelo seu jeito de ver a coisa pública, ele seja uma pessoa mais técnica do que política, não que a política não seja importante, mas quando você abdica do técnico da gestão para contornar determinadas situações por causa da política, nem sempre é favorável ao povo.

Então espero que o jeito simples e determinado e de uma visão de gestão mais aguçada que o nosso governador Rui Costa tem, possamos ter um governo melhor do que o governador Wagner, já que ficou provado para a Bahia e para o Brasil, embora ainda não tenha encerrado o seu mandato, que o governador Wagner vai ficar na história como um dos melhores governadores desse país e por isso teve a felicidade de, com os aliados, eleger o governador Rui com ampla vantagem de votos.

Esperamos que o governador Rui Costa seja feliz, seja abençoado por Deus e faça uma gestão a altura do merecimento do povo baiano.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra a deputada Fátima

Nunes.

A Srª FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente desta sessão deputado Marcelino Galo, Srª Deputada Luiza Maia, deputado Joseildo Ramos e deputado Joaci Dourado que ali com sua alegria e determinação contagia o povo de Irecê e região. Sei que V.Exª vai nos fazer falta aqui, mas vai alegrar o povo de Irecê e, certamente, voltará a conduzir os destinos daquela terra. E se precisar de uma mulher simples, mas que sabe fazer campanha no meio das feiras, nos botecos, nos lugares em que o povo está, pode me chamar que eu vou lá para complementar a sua força. Certamente, em Paripiranga V.Exª pode fazer discurso lá em 2016.

Pois bem, mas eu queria dizer aqui da minha satisfação em olhar, conhecer a lista de todos que foram indicados pelo nosso governador Rui Costa para dirigir as secretarias. E, claro, lá tem nomes de companheiros do Partido dos Trabalhadores, dos partidos aliados, que, certamente, irão cumprir a missão designada pelo governador de fazer um trabalho de unidade, de coletividade, pelo bem da sociedade baiana, para que a gente continue, cada vez mais, melhorando a vida das pessoas. Quem já tem o asfalto, que possa receber as rodoviárias bem organizadas, quem já tem água para beber, que possa receber as adutoras para a água de produção, as cisternas, os barreiros, as barragens, conforme está no seu plano de governo. E tantas outras ações que foram discutidas durante o período da campanha na elaboração do plano de governo. Queria dizer que tenho certeza que todos trabalharão. Alguns continuam na pasta e, portanto, digo a eles que têm uma tarefa e uma responsabilidade mais profunda, porque já conhecem o andamento da máquina. Naturalmente, ajudaram a planejar o governo, ajudaram a elaborar o Orçamento que votaremos não sei se hoje ou na semana que vem, portanto, são todas pessoas comprometidas.

E aí faço uma ressalva, um chamamento, até mesmo o próprio governador citou na sua fala, de que a segurança pública - ele sempre falou muito nos seus pronunciamentos - precisa avançar, melhorar, dar um pouco mais de resultados para garantir a segurança das pessoas. Sempre que falo disso, me reporto a coisas que me doem muito, como o caso do meu amigo, companheiro, Dr. Zé Carlos, de Paripiranga. Mas não é só por ele, é que na região de Paripiranga, Coronel João Sá, ontem mesmo aconteceu mais uma tragédia ceifando a vida de um vereador do município de Novo Triunfo. Lamentavelmente, naquela região, algumas pessoas que poderiam contribuir com a sociedade, caíram para o mundo do crime, da marginalidade. Não se sabe aonde estão escondidos, mas sabe-se que de quando em quando vidas são ceifadas. Ainda na semana anterior, duas pessoas, não se sabe quem, foram literalmente queimadas no meio da estrada de uma determinada região.

Portanto, quero dizer que aquele lado de lá, aquele território entre Poço Verde e Carira, na divisa dos estados de Sergipe e Bahia, merece, precisa, temos reivindicado e estamos confiantes de que vamos receber uma atenção especial para que possamos desvendar esses crimes e que os mandantes ou os operadores possam ser punidos. Porque a impunidade é aquilo que mais dá margem para que outras situações venham

a acontecer. E nós que estamos lá trabalhando com as pessoas, viajando, ouvindo as pessoas na feira, na missa, nas procissões, sempre estamos atentos aos reclames e trazemos essa situação para a Secretaria de Segurança Pública, para o Comando Militar, para todos os órgãos, Promotoria, Tribunal de Justiça, porque o que queremos é que o nosso povo, o povo da Bahia, tenha uma vida longa, digna e saudável.

É por isso que estamos aqui. Recebemos o voto das pessoas, fomos eleitos por uma maioria importante, esmagadora de votos e vamos retribuir ao nosso povo com o trabalho e o compromisso de melhorar cada vez mais a vida das pessoas em todos os setores.

Queria também dizer que estou confiante que nos demais nomes que serão anunciados certamente virão nomes de mulheres que participam da política, mulheres competentes, de boa vontade, dignas, capazes de assumir qualquer pasta. Já temos verdadeiramente a pasta das mulheres, a SPM. Sabemos que a nossa capacidade e o nosso jeito próprio feminino podem contribuir muito com o governo Rui Costa e confiamos na nossa participação em outras secretarias também.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o nobre deputado Joseildo Ramos para falar pelo tempo 5 de minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, meu colega e amigo dileto Marcelino Galo, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, subo a esta tribuna com uma preocupação e já tratei desse tema por algumas vezes. Acho que nesse momento, no final desta legislatura, cabe uma lembrança aqui do Parlamento.

Estamos num momento em que podemos considerar um divisor de águas. Um momento de crise profunda na política e a exposição clara de que o atual sistema político se exauriu, não é compatível com a contemporaneidade, não é compatível com a velocidade de consolidação das instituições democrática da nossa jovem democracia. E, por conta disso, não podemos abrir mão, nós que pertencemos ao parlamento brasileiro, que nos três níveis nesta federação trina, a única federação trina que existe no mundo, onde o estado, o município, a União não têm relação de hierarquia, mas sim de harmonia, de independência.

Estamos presenciando o momento, o dia D de tratar da reforma política que é considerada por todos a mãe de todas as reformas, o parlamento que em síntese deveria representar a média do que é a sociedade brasileira em todos os três níveis, o parlamento escancara a sub-representação da nossa sociedade. A ampla maioria do nosso povo não se vê representada nos três níveis do parlamento neste País por conta da mercantilização, por conta da fulanização da política, de regras contraditórias que coexistem pacificamente para a manutenção do status quo. Não há dúvida de que o Congresso Nacional, na zona de conforto que o caracteriza, não terá condição de dar

respostas na profundidade necessária para fazer da mãe de todas as reformas, repito, um porto seguro para a consolidação da nossa jovem democracia.

Este momento de alerta deveria acontecer nos três níveis do parlamento brasileiro para que não esqueçamos o dever de cada parlamentar de bradar, de reclamar, de gritar pela implantação da mãe de todas as reformas. Depois, não tenho dúvidas, poderá ser tarde demais. Tarde, porque o sistema político se exauriu. E, ele, na sua recondução, na sua reprodução, mantém apenas e tão somente aqueles privilegiados que podem entrar no embate eleitoral mercantilizado por terem condições objetivas, condições materiais e financeiras de fazer frente aos custos proibitivos de uma campanha.

Já não era sem tempo que deveríamos estar todos os dias clamando pelo bem do Brasil, para que comecemos a reformar o Estado brasileiro a partir, não de uma reforma meramente eleitoral, mas de uma reforma política profunda, que coloque o dedo na ferida, que possa transgredir, negando a zona de conforto dos que se utilizam da política para se servir, e não para servir ao povo brasileiro, como de resto deveria ser a sua nata função.

Portanto, manifesto a intenção de vir várias vezes a esta tribuna no ano que vem para batermos, Sr. Presidente, nessa tecla, como é o dever maior do Parlamento brasileiro.

Queremos, sim, a reforma política, porque sem ela o caos virá com uma rapidez muito grande.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Marcelino Galo):- Gostaria de registrar a presença dos estudantes do Colégio Estadual Governador Lomanto Junior, em Itapuã, bairro cantado em verso e prosa pelo nosso poeta Vinicius de Moraes. Agradeço a presença de vocês nesta Casa.

Concedo a palavra ao deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, das Galerias Paulo Jackson, caros funcionários da Casa, cheguei a esta tribuna no dia de hoje pedindo a Deus que eu possa, deputada Maria Luiza Laudano, ao tomar posse do novo mandato, em 1º de fevereiro do próximo ano, iniciar o quinto mandato, com fé em Deus, gozando de plena saúde, porque estes últimos 2 anos foram de grandes problemas. Mas, graças Deus, estamos superando.

Início a minha fala dizendo que gratidão é um sentimento que tem de ter assento em qualquer mesa. Não amamos as nossas mães e nossos pais por outro sentimento que não seja o da gratidão.

Se assim não fosse – e tenho exemplo na minha família de pais e mães não biológicos, que criam –, esses não mereceriam o amor de seus filhos. A minha esposa

é filha adotiva e não conheço ninguém que ame mais os seus pais do que ela própria. Ao ponto de dizer que não quer saber, que não interessa quem é o pai ou a mãe biológica, porque os pais dela são Lucinha e Beto.

Digo isso, para dizer que foi absolutamente inconveniente a forma como esta Casa foi tratada pelo governador Jaques Wagner, numa ingerência, interferência descabida, porque o governador é ele, o timoneiro do Poder Executivo é ele, e ele tem a ver com o seu Poder. Agora, aqui nesta Casa, as matérias como essa – quem será o presidente – têm de ser decididas de forma interna corporis, sem interferência de ninguém.

Quero dizer, também, que durante estes 8 anos, de forma especial estes 4 anos desta legislatura, o deputado Marcelo Nilo não foi só o presidente desta Casa. Infelizmente, e aí eu o critico, Marcelo Nilo, em todos os momentos em que o governo precisou, ele não foi o presidente. Ele acumulou o cargo de presidente da Casa e o de Líder do governador, na defesa intransigente de tudo que Wagner para cá mandou.

E quando eu falo de gratidão, é porque imagino que o que estão fazendo ou quiseram fazer com o presidente Marcelo Nilo é o que se faz com um copo descartável depois que se o usa transportando água ou outra bebida qualquer: amassa-se esse copo e joga-se no lixo.

Quero dizer, governador Jaques Wagner, que esta Casa já decidiu quem será o seu futuro presidente, porque aqui são 63...

A Sr^a Luiza Maia:- Não!

O Sr. TARGINO MACHADO:- A senhora será voto vencido, com certeza!

A Sr^a Luiza Maia:- Vou fazer a conta.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Então, venha! Eu quero lançar-lhe um repto: saia candidata a presidente desta Casa, deputada Luiza Maia, que está a discordar de mim.

Agora, a senhora deveria ter discordado, Marcelo Nilo deveria ter discordado, os Srs. Deputados todos deveriam ter discordado dessa emenda constitucional vergonhosa. Eu liguei para o deputado Gaban, que é Líder do meu partido, e perguntei se embaixo desse angu tinha carne e quanto ou quais foram os benefícios que a Oposição recebeu para aprovar uma emenda suja, vergonhosa, de aposentadoria vitalícia para governador? Isso é uma vergonha! O povo tem de ralar, contribuir durante 35 anos, e terá o seu salário depois de aposentado. E quando ele mais precisa desses proventos, terá o seu salário diminuído a cada ano. Esta é a realidade: aposenta-se com 10 salários-mínimos e após 5 ou 6 anos de aposentado se está com a renda a metade disso. Tenho na minha família, no meio dos meus amigos, exemplos desse tipo.

Agora, o governador, engraçadinho, que foi eleito para governar o Estado por 4

anos, já senta as nádegas na cadeira de governador sabendo que terá vida fresca, vida mansa, bancada – bancada! – pelo povo da Bahia, com os impostos que nós pagamos. Envergonho-me desta Casa, Srs. Deputados, desculpem-me! Envergonho-me desta Casa – toda unanimidade é burra – por ter aprovado essa emenda à Constituição do Estado. Os outros artigos da Constituição estão arrepiados.

Eu gostaria de que o mesmo tratamento fosse dado aos nossos operários, aos nossos trabalhadores, às nossas taquígrafas, aos nossos professores, aos nossos policiais. (Palmas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, quero parabenizar os estudantes do Colégio Governador Lomanto Junior. do bairro de Itapuã. Obrigado. (Palmas.) É muito importante a presença de vocês aqui, para que conheçam como funciona o Parlamento.

Mas, Sr. Presidente, quero, nesta tarde, parabenizar a TV Assembleia, que ontem começou a funcionar em canal aberto. Tive o prazer de participar da inauguração, juntamente com nosso presidente deputado Marcelo Nilo e com Dr. José Acurcio Vaz, diretor-geral do Canal Assembleia.

(O deputado Targino Machado fala fora do microfone.)

Isso será muito importante para a nova legislatura. Apesar de começar, por enquanto, somente para a Capital e Região Metropolitana, pelo projeto que temos, pelo projeto que o Dr. Acurcio apresentou, será de muita importância porque alcançará quase 400 municípios do Estado da Bahia quando estiver 100% implantada.

A importância da nova legislatura...

(O deputado Targino Machado fala fora do microfone)

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, gostaria de assegurar a minha fala.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Deputado Targino Machado, por favor, vamos garantir a fala do deputado José de Arimatéia.

O Sr. Targino Machado:- É porque essa emenda me enoja.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Deputado, se inscreva para falar na hora do seu partido.

O Sr. Targino Machado:- Vou me inscrever.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, acho que na próxima

legislatura, com a TV Assembleia, estaremos mais perto do povo. Cada cidadão, em qualquer cidade da Bahia, nesses 400 municípios, poderá acompanhar o trabalho, as ações, o que estamos produzindo aqui.

Muitas vezes, deputado, as pessoas não sabem da luta que travamos aqui dentro com respeito às questões de interesse da população. Com a TV Assembleia, a população vai ficar sabendo; deputado Marcelino Galo, deputado Jurandy, Marquinho, Carlos Brasileiro, todos estão lutando pelas suas regiões, discursando, falando, mostrando as preocupações que existem em relação a cada assunto.

Na próxima legislatura, esse Parlamento será mais transparente para o povo, porque teremos esse meio de comunicação, o que é bom para a democracia. Hoje vivemos no mundo da informática que cada dia avança mais. Sabemos que a vida do homem público tem de estar transparente em tudo. Nós, deputados, onde estamos, se é na nossa cidade, se é numa viagem a Brasília, estamos sendo monitorados 24 horas pela imprensa. Isso é importante e mostra a responsabilidade que cada parlamentar tem dos atos, no momento em que assume a sua posição em qualquer lugar.

Na semana passada, não sei se vocês viram nas redes sociais um vereador, presidente da Câmara de Vereadores de uma cidade, envolvido com questões homossexuais, e isso foi publicado no jornal. Colocaram nas redes sociais, no YouTube, ele fazendo sexo com outro rapaz.

Quando falo da importância da TV Assembleia, que estará transmitindo a partir do próximo ano... Quer dizer, já está transmitindo, mas de uma forma geral, na nova legislatura, vamos chegar aos 400 municípios. Quero parabenizar o presidente Marcelo Nilo, o Dr. Acúrcio Vaz e toda equipe que está no jornal, inclusive no Diário Oficial, que se empenharam. Todos que compõem a TV Assembleia estão preparados, uma equipe realmente preparada, bonita, que fará esta Casa mostrar para a Bahia o que o Parlamento baiano vai produzir na nova legislatura, que é a décima oitava.

Era o que gostaria de registrar, dando meus parabéns.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Grande Expediente.

Com a palavra o orador inscrito, deputado Marcelino Galo, pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, deputado Carlos Brasileiro, Sr^as e Srs. Deputados, senhores que ocupam as Galerias, nossos companheiros da imprensa, companheiros e companheiras servidoras desta Casa, gostaria de

parabenizar o governador Rui Costa por uma decisão que considero das mais importantes na reforma administrativa: a criação de duas secretarias. Uma delas, a de Recursos Hídricos, secretaria que nós vamos organizar. Ali estão duas empresas das mais importantes, a Embasa, que cuida do abastecimento de água urbano e saneamento, das maiores empresas do Norte e Nordeste, brasileiros, e a CERB, companhia que cuida do saneamento, abastecimento rural e questões ambientais.

Também nessa secretaria há a agência de água, que fará a regulação e o acompanhamento, o monitoramento. A Bahia carecia havia muito tempo de ter uma estrutura com organicidade, que desse conta desse setor, principalmente num Estado que está dentro do Semiárido, tem 70% do seu território nessa região, com deficiência muito grande do ponto de vista dos recursos hídricos. Não por causa da quantidade, que é fornecida pela natureza, através das chuvas, mas pelo descaso ao longo do tempo. Não foram feitos os investimentos necessários, não houve atuação responsável do Estado nem determinação política para resolver um problema que já deveria ter sido resolvido há muito tempo.

É uma secretaria de que deveremos cuidar com extremo zelo para a produção da água do nosso Estado. Vemos o que vem acontecendo com os nossos rios. O maior abastecedor da cidade do Salvador, o Rio Paraguaçu, passa por problemas ambientais, sofrendo destruição, principalmente ao redor da sua nascente. Teremos também de trabalhar no sentido de que ali se constitua um parque, uma unidade de conservação, para que esse que é o mais importante rio estadual da Bahia possa ser preservado, principalmente na sua origem.

Então, numa secretaria como essa, teremos muita capacidade de dar organicidade para uma intervenção, no sentido de avançar. Avançamos muito, com o programa Água para Todos, no abastecimento humano. Agora, temos de dar um salto de qualidade no sentido de que essa secretaria possa, através da CERB, trabalhar também a água para produção. Precisamos prover a área agrícola para que nossa gente possa, em parte do Semiárido, aquela que for zoneada corretamente para essa atividade, ter água suficiente para a produção agrícola.

Então, vamos completar um ciclo ao resolver esse problema crucial.

Há uma outra secretaria importante. Aí, também, historicamente, o nosso Estado tinha essa dívida com o segmento dos mais importantes que são os agricultores familiares, povos tradicionais do nosso Estado como as comunidades indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos do nosso Estado. Só de agricultores familiares, temos cerca de 700 mil. Ali, há pessoas envolvidas como os chefes ou as chefes de família. Vejam, em torno de mais de 2 milhões de pessoas vivem em nosso semiárido e vivem da atividade da agricultura familiar.

E, agora, enfim, com essa atualização histórica da gestão do aparelho do estado, iniciado pelo governador Wagner e dado continuidade pelo novo governador Rui Costa a esse projeto, este é o projeto do Partido dos Trabalhadores que tem a finalidade de transformar e dar melhor qualidade de vida ao nosso povo através da

SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural. Ali, também, estruturou-se, de forma muito concreta, a parte de infraestrutura a começar com a regularização fundiária que é fundamental para o desenvolvimento agrícola. E, ali, está a CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário – para, justamente, fazer isso.

Há pouco tempo, já trabalhávamos essa questão fundiária apenas pensando ser uma questão que interessava ao povo pobre, aos agricultores sem terra, enfim, àqueles empobrecidos que vivem no campo.

Mas hoje, não. Há, hoje, conflitos do ponto de vista da produção de energia, conflitos com a mineração. Enfim, é necessário o Estado da Bahia, através do seu aparato institucional, cuidar de forma detalhada e determinada para que a gente estruture, de forma completa, a nossa estrutura fundiária para que tenhamos conhecimento da nossa malha fundiária. Assim, conheceremos a fundo o nosso Estado e, principalmente, o agrícola e o agrário para que possamos fazer um planejamento.

E essa secretaria tem a parte de estruturação fundiária. Há, agora, a CAR – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – empresa de desenvolvimento regional que, nessa secretaria, fará o papel principal de ter o aporte da infraestrutura social e da infraestrutura produtiva para que se possa completar. Então, tem a regulamentação fundiária. Tem a infraestrutura. Tem os serviços de assistência técnica. Ali, há uma superintendência. Temos de avançar com mais clareza a fim de se saber como se dará essa assistência técnica. Vamos passar, também, a ter uma Superintendência de Agricultura Familiar.

De forma que esse aparato dará conta de, agora, a gente ter como o Estado pagar essa dívida do ponto de vista de atender, através de políticas públicas, ao segmento que, de há muito, estava marginalizado em nosso Estado e esquecido pelas políticas públicas anteriores.

Agora, esperamos atender, com muito carinho e como eles merecem, os povos, os quilombolas, os povos tradicionais como um todo, os ribeirinhos, aportando políticas públicas. E essas políticas públicas serão concebidas, principalmente, ouvindo todas as organizações representativas.

De forma que, agora, o nosso Estado está aparelhado, principalmente com essas secretarias, para cuidarmos de uma grande parte deste Estado que é de semiárido, onde vivem milhares de famílias. E, para a realização dessa atividade, é necessária a participação do Estado.

O deputado Joseildo conhece e estudou essa questão, pois ele é engenheiro agrônomo e sabe, há muito tempo, dessa necessidade.

Por isso, estou parabenizando o governador Rui Costa por esta iniciativa, pois acho que a mesma foi muito pouco discutida. Preciso se faz apresentarmos, principalmente para o mundo agrário e rural, o que significa, justamente, essa iniciativa no sentido de atualizar este Estado, a fim de se ter as condições de

formular, pensar, refletir. Aí, nós vamos ter um novo status. Outros estados já avançaram nessa área para, principalmente, trabalhar o semiárido.

Então, registro isso aqui.

Vamos ter a oportunidade dessas duas secretarias serem fontes de captação de recursos necessários para que sejam aplicados. Sabemos nós que não basta somente ter a formulação e o planejamento dessas políticas, mas será necessário, certamente, ter os recursos para tais realizações.

Avançamos muito e precisamos modernizar o aparelho do Estado, pois se caminha com muita dificuldade. O Estado brasileiro, ainda, não foi objeto das reformas necessárias. A nossa herança patrimonialista precisa ser rompida. É preciso o Estado ter condições de atender à maioria da população e, principalmente, atender àqueles que mais precisam. Com iniciativas como essas, damos passos importantes nesta modernização.

O Sr. Joseildo Ramos:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO:- Com o aparte o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Deputado Marcelino Galo, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. E me ocorreu uma lembrança que, inclusive, deverá transformar-se em tarefa para os nossos mandatos. Nós não temos dúvida de que o nosso Estado tem uma dimensão territorial enorme. E, nesse território, estão assentados dois terços na condição de semiárido, onde as tecnologias adaptadas terão de ser encaminhadas para as áreas de assistência técnica, extensão rural, pesquisa, relação com a academia.

Acima de tudo, nasce, imperiosamente, uma necessidade de se estar pressionando o nosso governo na direção definitiva de se estabelecer uma empresa ou um órgão de Estado para poder tratar desta situação compatibilizado com os movimentos que o governo federal tomou nesse sentido.

Eu falo da recém-criada Bahiater que nós deveremos estar, sem sombra de dúvida, trabalhando no sentido de conduzir os encaminhamentos do próximo governador Rui Costa de que este aparelho de Estado promova, em definitivo, tudo aquilo que desejamos na convivência com o semiárido, com as tecnologias adaptadas. Espera-se que as medidas estejam muito longe dos pacotes tecnológicos que vieram a reboque daquilo que é preconizado principalmente por tecnologias alienígenas.

Então, considero essa uma feliz oportunidade, festejo também a criação da SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural – focada na direção do atendimento aos mais de 630 mil agricultores familiares, famílias de agricultores familiares e, sem sombra de dúvida, o governo aponta na direção quando também coloca a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento para tratar do saneamento na dimensão rural do nosso Estado.

Portanto, festejo e me somo à sua alegria, ao festejo que V.Ex^a faz na tribuna deste Parlamento tratando dessas questões que considero vitais para o

desenvolvimento do nosso querido Estado.

Muito obrigado pela atitude de me conceder este aparte.

O Sr. MARCELINO GALO:- Agradeço e peço a incorporação da manifestação do deputado.

Continuando, deputado, também tem uma questão crucial que tendo um aparelho institucional com capacidade executiva, também está nesta Casa, e acredito que deveremos aprovar, uma lei fundamental que é a questão do pagamento por prestação de serviços ambientais, principalmente numa conjuntura como essa. Há no Brasil, uma crise hídrica, e esse País que detém 15% da água utilizada e potável do planeta, no entanto sabemos que a sua distribuição geográfica não é tão favorável.

Então, hoje, temos estados, situados em região de Mata Atlântica, como grande parte, por exemplo, do estado de São Paulo que já sofre uma grave crise hídrica, coisa que não se imaginaria que tão cedo fosse acontecer.

E aqui temos a oportunidade de aprovar nesta Casa essa lei que possibilitará o pagamento justo aos agricultores pelos serviços ambientais, para a preservação de nascentes e pequenos córregos, que são os que irão abastecer.

E hoje nós vivemos uma séria crise que deveremos nos debruçar. Inclusive a Frente Parlamentar Ambientalista deverá criar um GT sobre as águas, porque vimos que o nosso maior rio do Norte e Nordeste chamado rio de Integração Nacional, o nosso rio São Francisco, está extremamente degradado.

Então o Velho Chico agoniza assoreado, com uma série de dejetos, tanto da população urbana como industrial, dos resíduos que são jogados nesse rio, que é preciso que a sociedade como um todo - porque só o aparelho do Estado não vai dar conta - se manifeste para que possamos iniciar um debate profundo para fazer a revitalização desse rio tão importante para a nossa civilização que é o rio São Francisco.

Aí, temos que combinar, integrar, não só a política de preservação dos recursos hídricos, que eu prefiro chamar de água, das águas. A questão também da lei que aprovamos aqui, que foi a lei de resíduos sólidos, e até hoje grande parte dos municípios, ou seja, dos quase 5500 municípios deste País, apenas 600 elaboraram o plano de saneamento, plano de resíduos sólidos e eles não encaminharam o que está previsto na lei nacional como na lei que aprovamos, que em agosto deste ano se esgotou o prazo para que se implantassem os aterros sanitários e se acabasse definitivamente com os lixões.

Esses resíduos, da forma como são descartados na natureza, estão cada vez mais contribuindo para que transformemos os nossos custos e estes sejam cada vez mais ampliados, tornando muito mais caro o tratamento para termos uma água de qualidade.

Então esses problemas ambientais, que até pouco tempo eram vistos somente

por idealistas, hoje se tornam uma questão de vida não só para o nosso Estado, mas também para o nosso Planeta. Temos de tratar esse problema concreto da sustentabilidade. Não podemos continuar explorando de maneira desregrada os nossos recursos naturais, como fazemos hoje, porque os outros povos – quase todos os cidadãos da Terra - nunca vão ter condições de consumir recursos como o povo americano.

O sonho americano já passou. Temos que dar conta de outro padrão, visando educarmos para o consumo de uma forma controlada que reutilize nossos produtos, recicle cada vez mais e deposite de volta na natureza cada vez menos. E essa é uma tarefa desafiadora não só para esta Casa, principalmente quando se trata de construir novas consciências. Aí, vem um trabalho fundamental de educação para que se instrumentalize a principal arma que há para a conservação e o novo modelo de desenvolvimento: a conscientização dos seres humanos, de todos os homens e mulheres, buscando que se possa avançar nosso padrão civilizatório.

Nesse sentido também apresentamos nesta Casa um projeto de lei que trata de combater a obsolescência controlada e programada dos produtos, como vemos hoje, quando o cartel de indústrias se reúne. E aí elas definem a vida de tal equal produto para que ele possa ser reposto com muito mais velocidade.

Então, numa lei como essa temos que fixar a idade de cada produto. Assim o cidadão, o consumidor, quando for a uma loja adquirir produtos, já terá lá o selo indicando para ele qual é a vida real de cada um deles. Senão, vamos cada vez mais consumir contribuindo para explorar a classe trabalhadora, que tem de repô-los, tanto televisões quanto celulares ou geladeiras. E cada vez mais num menor período.

E esses resíduos vão para onde? Justamente voltarão, de forma muito mais acelerada e imprópria, a serem depositados na natureza. Portanto, é isso que devemos evitar. Temos de dar vida longa a esses produtos, porque aí vamos tirar menos recursos naturais, aproveitar mais o que consumimos e trabalhar para reciclar cada vez mais.

Ainda reciclamos muito pouco neste País. Porém avançamos muito na reciclagem do alumínio. As latinhas de cerveja hoje, na sua totalidade, já são recicladas. Em outros produtos, como o papelão, também avançamos. Mas principalmente nos eletrônicos e no depósito de agrotóxico ainda precisamos avançar muito mais. Sabemos que esses resíduos sólidos oriundos dos produtos eletrônicos precisam, cada vez mais, ter um destino correto. Enfim, que dessa maneira possamos avançar.

Então, são esses projetos que estão em curso agora. Por exemplo, o do pagamento por prestação de serviços ambientais é de origem do Executivo. Realmente foi uma excelente ideia a sua formulação pela Secretaria do Meio Ambiente. Esperamos que possamos discuti-la para cada vez mais termos um arcabouço jurídico que crie a possibilidade de um aparelho institucional do Estado cuidar sempre mais dessa questão crucial. É fundamental conservarmos as nossas

águas, o nosso meio ambiente como um todo. É também essencial que haja uma relação mais harmônica do ser humano com o seu meio natural, a natureza. Da forma como esse relacionamento se coloca atualmente, nós nos apartamos completamente do problema e assumimos que só viemos a este mundo para consumir, consumir e consumir!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Depois do belíssimo discurso do deputado Marcelino Galo, passamos para o Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PSL/PP, para falar ou indicar orador por 11 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Falará por todo o tempo a nossa querida deputada Luiza Maia, elegantíssima, por sinal.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra a deputada Luiza Maia.

A Srª LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, vou dar os meus parabéns ao deputado Marcelino Galo pelo seu belo e importante discurso que tem todo o meu apoio! Achei fundamental toda a sua fala, principalmente sobre estas questões da defesa do nosso meio ambiente e da reciclagem, porque o nosso mundo, o Planeta Terra, vive uma crise ecológica, tanto quanto vive uma crise também o capitalismo, que está esgotado mas sobrevive à custa da exploração e da força da grana com que eles ainda conseguem se manter.

Sr. Presidente, tenho três assuntos para tratar. Vou começar dizendo ao deputado Targino que ele não está sabendo fazer conta. Temos três candidatos nesta Casa a presidente, mas infelizmente o voto ainda é secreto. Inclusive vou pedir ao presidente que está representando o presidente de fato que nos ajude a trazer para a pauta de alguma destas sessões neste final de ano a questão da PEC do voto aberto, como também a da que é pelo fim da reeleição neste Parlamento.

(O deputado Targino fala fora do microfone.)

A Srª LUIZA MAIA:- Não teve nada de derrota. Não teve nada disso. Aí é outra história.

Vamos fazer a conta. Isidório já me disse aqui que tem em torno de 8 votos. Rosenberg candidato já tem em torno de 12, 14. Então são 32 votos. Como é que o presidente já ganhou?! (Risos!) O voto é secreto. Estamos fazendo o debate. A sociedade inclusive tem...

O Sr. Targino Machado:- Por que a deputada não se candidata?

A Srª Luiza Maia:- Não me lancei. A minha candidata era Fátima. Queria

lançar uma candidata feminina da nossa Bancada, e aí já sairíamos com 7 votos. Mas deu zebra. A Bancada foi reduzida, porém temos ainda 7 deputadas.

Agora vou continuar, deputado Targino, dizendo ao senhor o seguinte: precisamos fazer essa conta. Acho que existe uma possibilidade. Há uma discussão não só nesta Casa, como também na própria sociedade, de que esse cargo não é vitalício. Tenho o maior respeito pelo meu presidente Marcelo Nilo, mas acho que já está na hora de renovarmos.

Então, vamos votar a PEC pelo fim da reeleição. Vamos votar também a PEC do voto aberto. E vamos fazer a conta direito. Rosemberg tem-me dito que está conversando muito com o deputado Isidório e pode fechar também uma chapa nesse sentido. Aí, vão ficar faltando só 5 votos.

Portanto, acho que a eleição não está decidida, é uma disputa, é um quórum, um eleitorado muito qualificado, apenas ...

Presidente, peça aí aos deputados para deixar que eu faça o meu discurso.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Nobres deputado Zé Neto, Líder do governo..

A Sr^a LUIZA MAIA:- E o deputado Paulo Azi. Só um momento aí, deputados, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Nobres deputados, por favor. Deputado Zé Neto, vamos garantir a fala da deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Porque eu gostei muito da fala do governador, que está terminando o seu mandato sobre essa questão. E não é uma coisa de momento, o governador sempre disse isso à sua Bancada, que ele era contra a reeleição, mas que dependia e cabia à Casa, ao Poder Legislativo tomar essa decisão.

Então, quero fazer esse apelo aqui para que realmente os dois líderes cheguem a um denominador comum e coloquem aqui na nossa pauta, para a próxima sessão, a PEC do voto aberto e a PEC pelo fim da reeleição.

Eu tinha colocado também aqui em alguns momentos e fiz essa jura, - mas veio a campanha e aquele tumulto a gente acaba se dispersando - que todas as vezes que eu subisse nesta tribuna eu pediria ao presidente que estivesse comandando a sessão que nos ajudasse a fazer esse debate e tomarmos uma decisão em relação a votar projeto de deputados, porque acho que é uma desmoralização para nós. Não é possível, vejo aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Nobre deputada, por favor. Nobres deputados Zé Neto, Adolfo Viana, Sandro Régis, vamos garantir a fala da deputada Luiza Maia, por favor.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Que coisa feia! Está muito feio isso. Desconte meu tempo aí. Pois é, estou pedindo ao Líder, a todos os deputados que estão fazendo barulho e quero que desconte do meu tempo. Se não está interessado, vá lá para fora,

converse lá fora, mas deixe a deputada falar, rapaz, qual é o problema?

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Prossiga, deputada, por favor.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Não estou com raiva de ninguém, pelo contrário, meu discurso não tem nada de raiva, o meu discurso é no sentido de que a gente realmente pense e decida sobre essa questão de votar projeto de deputado.

Vi na sessão passada o presidente Marcelo Nilo dizendo que também não concordava com essa história de esta Casa ficar homologando os projetos do Executivo e do Judiciário.

Se você fizer um levantamento da produção legislativa desta Casa, o grande legislador é o governador e acho que isso é ruim, precisamos resgatar o respeito do nosso Poder que deveria ser o primeiro e que hoje é um Poder menor. Se nem os projetos dos deputados desconstrói essa cultura de que não tem que ser votado, vamos ficar aqui fazendo o quê?

Então, quero que bote na pauta todos os meus projetos. De forma muito especial, estou fazendo esse apelo para a PEC do voto aberto, que foi derrotado em 2011, mas que rerepresentei em 2012 e que não consegue sair da Comissão de Constituição e Justiça.

Estou fazendo esse apelo e quero que V.Ex^a, presidente, que ora preside esta sessão, me ajude também, porque acho que neste momento em que o país aprova a Lei de Acesso à Informação, que a gente briga para democratizar os meios de comunicação, uma Casa que é composta de representantes ainda usar esse expediente velho, atrasado, que é o voto secreto. Não é, gente? Já não comporta mais e acho que não tem por que o deputado ficar se escondendo atrás do voto secreto e precisamos também ter a coragem de fazer o debate sobre a PEC da reeleição.

Mas, quero tratar também, Sr. Presidente, reforçando aqui a fala do deputado Marcelino, ainda um pouco sobre essa questão da composição do governo do nosso querido Ruy, governador eleito.

Falamos ontem aqui, fiz um apelo, as deputadas se mobilizaram, tem um documento aí assinado, não sei se todas as mulheres já assinaram, mas acho que nós precisamos insistir nessa discussão. O governador Ruy precisa também se mirar um pouco no que a nossa presidenta fez, determinou 28% do seu governo fosse composto por mulheres. E, aqui, estamos, ainda, na expectativa para saber quem, realmente, será a mulher que ocupará cargo junto ao nosso governador.

Há, em nosso partido, a política da paridade. A nossa luta hoje... Digo, sempre, que as mulheres estão em todos os espaços de poder. Não tem mais nenhum espaço que a gente diga “aqui é só homem”. Não existe mais isso.

Dei um exemplo inclusive de uma comandante de avião. O preconceito, ainda, é tão grande que quando se abriu o microfone para anunciar quem comandaria o avião e o nome da comandante Elisa foi anunciado, o cara, ao meu lado, disse:

“Misericórdia! Estamos lascados!” Foi o termo dele. No entanto, foi um show o voo dessa comandante, uma comandante da empresa Gol.

Então, hoje, a mulher está na polícia, está na política, está em todos os cantos. O que queremos? Queremos ampliar a nossa representação, porque somos, ainda, sub-representadas, somos, ainda, minoria. E não dá. Nós, hoje, já somos mais de 52% da população no Brasil e em muitas partes do mundo. E não dá para ficarmos tendo, apenas, essa representação como vemos nos espaços da política.

Então, volto a fazer o apelo ao nosso governador Rui para ele pensar a respeito. Temos, ainda, 10 secretarias a serem anunciadas os seus respectivos secretários ou secretárias. Pelo menos, nesse restante, o governador ainda falta anunciar. Aplique-se, no restante, o princípio da paridade, qual seja, cinco mulheres e cinco homens para ocupar as secretarias. Já perdemos, agora, no primeiro momento em que ele anunciou.

(O Sr. Pastor Sargento Isidório manifesta-se fora do microfone.)

A Sr^a LUIZA MAIA:- Já falei aqui do senhor sobre a questão da eleição. O senhor me disse que já tem 8 votos, não foi verdade? Se Isidório tem 8 votos, Rosemberg, você já tem 14. Como é a unanimidade? Então o deputado está discutindo e os candidatos também.

E tenho plena certeza de que vamos convencer o nosso presidente Marcelo Nilo a seguir a orientação do nosso governador Wagner para que tenhamos, realmente, um momento de renovação nesta Casa. Não tenho nada contra a pessoa do presidente. Mas acho que o cargo não é vitalício. A sociedade inclusive nos questiona: “Vocês de novo? De novo? Qual é o problema?” Então, está na hora de darmos essa renovada aqui. Está certo?

Volto a lembrar a questão dos projetos de lei oriundos de deputados desta Casa. Tínhamos feito esses debates na Comissão Direitos da Mulher. Temos um levantamento de todos os projetos que as mulheres apresentaram nesta Casa e que dizem respeito aos nossos direitos. E volto a fazer um apelo para que, agora, neste final de ano, se vote, pelo menos, um ou dois projetos de cada deputada.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Para concluir, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Então, vamos lá companheiras! Há a cultura de se dizer que não se vota projeto de lei oriundo de deputado, pois os mesmos projetos ficam encalhados nas gavetas das comissões. Isso é uma coisa ruim para a nossa Casa e é uma coisa ruim para a nossa sociedade.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRP para falar ou indicar

orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo, o nobre deputado Targino Machado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, volto a esta tribuna a fim de dizer que não virei aqui para fazer, a partir de 01 de fevereiro de 2015, oposição raivosa. Afirmo isso por uma razão: a saúde pública está uma beleza na Bahia; a educação está ótima; a vida dos professores e dos policiais está ótima. Tudo está resolvido. A saúde está uma beleza.

O Hospital Clériston Andrade, em Feira de Santana, está uma maravilha. Foi isso que contou e que as urnas contaram. O povo aprovou essa zorra que está aí. Sou eu quem virá para aqui como andorinha solitária tentar fazer verão? Não. Até porque estou preocupado com este Parlamento por razões diferentes da deputada Luiza Maia.

Esse discurso já está fedendo a mofo, deputada Luiza Maia, está cheio de teia de aranha. V.Ex^a, como eu, como nós políticos temos que interpretar o resultado das urnas. V.Ex^a trabalhou mesmo que caragueijo na lata, aqui, fazendo uma zoada danada, todo o seu mandato, e as urnas quase lhe reprovaram. O coração de V.Ex^a deve estar muito forte para ter suportado aquela dança de lugares. Ou V.Ex^a muda o discurso e muda as teses ou vai, infelizmente, daqui a 04 anos, deixar-nos sozinhos aqui sem a sua companhia que eu prezo muito.

Gostaria de vê-la candidata a presidente na companhia dos deputados Rosemberg, Isidório e Marcelo, que são os candidatos, para ver se V.Ex^a aqui será melhor sucedida no tocante ao quesito votos do que no resultado das urnas no dia 05 de outubro. Essa conversa nós temos que dar um basta!

Quero dizer o seguinte: ainda tem quem defenda a ingerência do Poder Executivo nesta Casa. Isso é quem realmente está aqui dentro e não entende a responsabilidade do poder de representação e da autonomia e independência dos poderes. V.Ex^a, governador, manda lá.

Agora, se a deputada Luiza Maia vem aqui para dizer que o deputado que apresentou mais projetos, o parlamentar que apresentou mais projetos nesta Casa e teve mais projetos aprovados foi o governador, quero dizer que concordo. V.Ex^a só esqueceu de dizer que a culpa dessa ignomínia não é minha. É do seu partido, da Bancada do governo que permitiu isso. Faço até a defesa do deputado Marcelo Nilo, que até se empenhou, enquanto presidente, para ver a possibilidade de aprovar mais projetos de autoria dos deputados. Há nas gavetas, tomando despacho de gavetas, nas comissões, muitos projetos relevantes de vários deputados, de um lado e de outro, mas que não avançam não é porque o Poder Legislativo não quer. É porque o Poder Executivo está amordaçando, e a mordaca que ele exerce sobre este Parlamento não é culpa minha nem de meus companheiros de Oposição, mas sim dos colegas

deputados de governo. Respeito a posição de todos e de cada um porque não posso ditar, não posso interferir na atividade parlamentar de ninguém.

Esta Casa, nobre presidente, como disse V.Ex^a há pouco, é a Casa onde se desfila o contraditório, é a hospedagem dos contrários, a convivência pacífica, harmoniosa dos contrários. Agora, venho a esta tribuna, novamente, para dizer que provoqueei o conjunto dos deputados desta Casa para me apresentar qual a justificativa para emascular, para castrar, para enodoar a nossa Constituição do Estado com uma proposta de emenda constitucional que aqui foi aprovada. Aprovada no breu das tocas, aprovada nas pernas, para beneficiar o Governador Jaques Wagner.

Defendi, há pouco, a candidatura do deputado Marcelo Nilo, mas jogo no ombro dele também, infelizmente, essa responsabilidade, porque se eu fosse presidente desta Casa não daria seguimento a essa imoralidade. Isso é uma imoralidade! O camarada é eleito para 04 anos de mandato e recebe salário vitalício. Essa profissão é aquela que todos nós sabemos que é a profissão mais antiga da humanidade, e que eu não quero dizer qual é. Nem elas teriam a coragem de aprovar uma imoralidade desse tamanho, que desrespeita a Constituição, desrespeita o Parlamento, desrespeita o Poder Legislativo, desrespeita o Poder de representação.

Certo estava o velho Ulysses Guimarães, que certo dia, no início da legislatura, estava ladeado de meia dúzia de deputados que tinham sido, como ele, reeleito. E apontaram de lá uns quatro ou cinco com as pastinhas embaixo do braço, deputados recém-eleitos. Alguém lá desse grupo de Ulysses fez o seguinte comentário: “Dr. Ulysses, ali estão vindo cinco mocorongos, cinco bestas que se elegeram”. Ulysses Guimarães, em sua sabedoria, deu um sorriso e disse: “Para esta Casa podem vir todos, de tudo que existir na população, do ladrão e por aí vai. Mas para esta Casa só não vem besta, porque besta não é nem suplente”. Quero dizer também que nesta Casa não tem besta.

Quero saber é dos meus colegas, deputados da Oposição, o que ganharam para defender, aqui da tribuna, e votar a favor dessa PEC que institui o salário vitalício para ex-governador? Será que foi o candidato a governador que votei, Paulo Souto, que, no breu das tocas, também pediu? Se foi, nunca mais ele merecerá o meu voto ou o meu respeito. Porque isso é uma imoralidade. Imoralidade da Direita, da Esquerda, da frente e do fundo. É imoralidade! Não existe meia gravidez, não existe meio ladrão, não existe meio deputado.

Todos aqui são deputados de forma igual e precisavam se respeitar. E não se respeitaram! Por que o pobre do aposentado trabalha 35 anos, se aposenta ganhando cinco salários-mínimos, por exemplo, e ao longo do tempo seu salário vai mingando? Justamente na hora em que as despesas são maiores: remédios, tratamento médico, plano de saúde, tudo sobe disparadamente, mas o salário vai diminuindo. Quem se aposentou ganhando 10 mil, se viver 15 anos, vai receber um salário-mínimo apenas.

Enquanto isso as belezinhas dos ex-governadores não vão fazer força

nenhuma. Apenas ficar torcendo e torcendo para a boa vontade dos Srs. Deputados aumentarem o salário deles. Já aumentaram lá o dos deputados federais para 33 mil e uns quebrados. Isso é imoralidade! Vem dizer que deputado tem que ganhar muito bem. Os deputados que votaram essa zorra, votaram a favor disso, não merecem salário nenhum. Essa é a minha opinião. Quem não votou, venha e diga que não votou.

O deputado Paulo Azi já me disse que não votou e não votaria; o deputado Elmar Nascimento me disse que não votou e não votaria. Mas liguei para o Líder do meu partido e perguntei: “Que desgraça foi que houve aí?” Embaixo desse angu tem carne! E o povo que me ouve aqui ou através da TV Assembleia tem de saber que foi perpetrado aqui um crime de lesa-pátria. Um crime de lesa-pátria. Respeitem os aposentados que deram a vida pagando impostos, contribuindo para o INSS, para ter um salário achatado. Mas os Srs. Paulo Souto, Waldir Pires, Jaques Wagner vão entrar nesse bonde da alegria.

Eu fico muito triste pela atitude desta Casa. E quero dizer que esta Casa emasculou a Constituição do Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, falará, por 6 minutos, o deputado Zé Raimundo e, por 6 minutos, a deputada Fátima Nunes.

O Sr. Presidente(Carlos Brasileiro):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente desta sessão amigo Carlinhos Brasileiro, Sr^{as} e Srs. Deputados, eu gostaria, nesta breve intervenção, de convidar todos as Sr^{as} e Srs. Deputados, os amigos dos gabinetes, para uma sessão solene, amanhã pela manhã, quando entregarei o Título de Cidadão Baiano a Luiz Carlos Batista. Trata-se de um empresário oriundo de Vitória da Conquista, do grupo Insinuante, que hoje é um dos maiores grupos do comércio atacadista e varejista do Brasil. Sua família tem origem em Vitória da Conquista, começou com um pequeno negócio e, ao longo desses últimos anos, foi crescendo. E o responsável foi exatamente Luiz Carlos Batista que veio para Salvador nos anos 60, 70 e aqui começou a desenvolver esse grande império do comércio varejista do Brasil.

E, sendo da nossa cidade, foi com muita alegria que propus e esta Casa aprovou a concessão desse título a Luiz Carlos Batista, o primeiro da minha autoria, mas, sem dúvida, foi a partir de uma consulta, de solicitações de lideranças locais, que essa proposição chegou até minha autoria.

Mas eu gostaria também, Sr. Presidente, de observar a atitude do governador

Rui Costa, eleito, que vai tomar posse no dia 1º de janeiro, o cuidado que ele está tendo na composição da sua nova equipe, lastreando-se de companheiros amigos, alguns vinculados a correntes partidárias, mas algumas dessas personalidades vindas do mundo particular, privado, enfim, um esforço que o nosso governador está fazendo para compor a sua equipe. E dentre esses nomes anunciados queria ressaltar o nome do professor Geraldo Reis, sociólogo que até então ocupava a SEI, que é um grande companheiro, professor universitário e, sem dúvida, vai dar uma grande contribuição ao governo do companheiro Rui Costa.

Também, Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o governador Jaques Wagner que antes de deixar o governo ainda percorre vários municípios do Estado da Bahia entregando obras, estabelecendo e anunciando ainda algumas ações importantes para esses municípios. E o governador Jaques Wagner vai passar, realmente, para a história da Bahia como o governador que mais trabalhou pelos sertões, pelas cidades pequenas, pelas pequenas comunidades, pelos povoados e distritos. Porque, praticamente, não há um distrito, não há um povoado que não tenha uma obra do governo do Estado, sobretudo no que se refere ao abastecimento de água. O programa Água para Todos é um programa extraordinário que levou a melhoria de qualidade de vida para centenas e centenas de pequenas comunidades rurais da Bahia como um todo, e me refiro, principalmente, à minha região Planalto da Conquista, Serra Geral e parte também do território do Velho Chico.

E o governador está trabalhando ainda com muita vontade, com muita responsabilidade e com muito desejo de deixar para o companheiro Rui Costa muitas ações já encaminhadas. É, nesse sentido, ele estará, na próxima sexta-feira, em Lagoa Real e também no município de Riacho de Santana. E aqui gostaria de cumprimentar os amigos de Riacho de Santana, o companheiro Gilson, o companheiro Dr. João, saudar a militância do nosso partido, o companheiro Edílson, vereador; Genilson, presidente do nosso partido; Marilúcia, companheira Dilma, enfim, os militantes do nosso partido que, efetivamente, em Riacho de Santana, fizeram uma grande campanha para o companheiro Rui Costa, para o companheiro, senador Otto Alencar, para Dilma, e nós, também, tivemos a honra de sermos votados naquele município, eu e o deputado federal Waldenor Pereira. Por isso faremos um grande esforço para estarmos em Riacho de Santana quando o governador anunciará algumas ações naquele município. Principalmente, para dizer isso naquela comunidade. Infelizmente, durante o processo eleitoral, muitos não acreditavam que o companheiro Rui Costa pudesse chegar ao governo da Bahia. Os primeiros que, realmente, se mobilizaram foram os nossos movimentos sociais, foram os companheiros dos sindicatos rurais, das comunidades rurais, das associações, os companheiros que vinham acompanhando essa grande transformação que Lula iniciou em 2003, que continuou com Dilma e que, aqui, Wagner, desde 2007, no seu primeiro governo, vem fazendo esse grande esforço para levar o desenvolvimento para o interior da Bahia.

Por isso, é com muita alegria que estaremos lá na próxima sexta-feira, pela

manhã, para saudar e cumprimentar os companheiros e amigos daquele município. E parabenizar, mais uma vez, o governador Jaques Wagner pela forma democrática, transparente, suave, leve, como governou a Bahia durante esses oito anos. A partir de janeiro, estará em Brasília com a presidenta Dilma ajudando ainda mais o nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro): - Com a palavra a deputada Fátima Nunes pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, ouvi com muita atenção o pronunciamento do nosso deputado Zé Raimundo, todas as suas palavras são verdadeiras, porque elogiam e valorizam o trabalho do governador Jaques Wagner pela nossa Bahia. Por último, ele citou o município de Riacho de Santana. Queria, também, falar desse município e de uma figura importante e valorosa que, ao longo da sua vida, saiu de outro país, veio morar na Bahia, veio morar com os sertanejos. Talvez o deputado não tenha recebido ainda a notícia que, neste momento, entristece a comunidade de Riacho de Santana, a todos que o conheciam, que viviam na comunidade e, de modo bem especial e particular, àqueles que fazem parte do movimento das Escolas Famílias Agrícolas. Ele, junto com Benoni, Dom Aldo, Duqueta, que hoje também já não está mais conosco, construiu esse grande movimento da pedagogia da alternância. Estou falando de padre João que, lamentavelmente, um acidente muito trágico ceifou a vida daquele valoroso cidadão de outros mundos, mas cidadão da Bahia, cidadão de Riacho de Santana. Tenho certeza de que todos os companheiros aqui citados pelo deputado Zé Raimundo, inclusive o companheiro Joaquim, a quem telefonei há pouco e ainda se encontrava no hospital com os trâmites de fazer aquela coisa da segurança, de levar para casa e cuidar do velório, certamente todos estão enlutados.

Aqui, desta tribuna, em nome desse movimento da Escola Família Agrícola para o qual eu também já fiz algumas ligações, para Benoni, para a diretora Zefinha da escola de Cícero Dantas, quero comunicar com pesar a tristeza da ausência desse grande e valoroso companheiro.

O padre João muito contribuiu com o Brasil, ainda nos tempos da ditadura, com o trabalho das comunidades eclesiais de base para organizar o movimento sindical, as associações e as comunidades para que os mais simples, os mais pobres, os menos favorecidos pudessem respirar e construir um país decente com oportunidades e igualdade; que pudessem respirar a democracia que hoje vivemos, que pudessem dar ao movimento social e ao movimento popular a oportunidade de chegar à capital, de chegar aos órgãos públicos e falar das suas necessidades e apresentar as suas reivindicações. Toda essa caminhada que foi feita no Brasil e

especialmente na Bahia teve a participação dessas figuras importantes e algumas não estão mais conosco. Outras estão, e hoje tivemos essa tristeza de perder esse valoroso companheiro.

Nosso deputado que ora preside esta Casa, sei que o senhor, pelo acenar de sua cabeça, está sentido por esse momento em que a Bahia perde esse companheiro, lutador, batalhador que muito favoreceu a sociedade. O padre João, agora não estou lembrada do sobrenome, porque a emoção também me deixa um pouco abalada, mas a companheira que relata aqui as atas, foi a primeira que me comunicou, nossa valorosa escriturária das atas aqui já vem me colaborar com o nome completo. Padre João Zanchetta, era de outro país, portanto o nome é um pouco difícil, diferente, mas deixo a todos de Riacho de Santana e a sua família essa homenagem, essa lembrança e esse reconhecimento, as minhas condolências e os pêsames daqui da Casa para todos de Riacho de Santana.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Quero me solidarizar com o seu discurso, deputada Fátima Nunes, e parabenizá-la pela sua homenagem ao Pe. João que foi uma das figuras importantes nas transformações que hoje o Brasil está vivendo e a Bahia também.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente Carlos Brasileiro, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, quero fazer coro aqui às palavras ontem do deputado Elmar Nascimento, e hoje às palavras do deputado Targino Machado.

O governador Jaques Wagner foi extremamente deselegante com o presidente Marcelo Nilo. Justamente o presidente Marcelo Nilo que foi um suporte, muitas vezes funcionou como Líder do governo até dando uma força para o deputado Zé Neto em suas dificuldades. E justamente quando o governador Jaques Wagner se afasta, dá uma declaração indelicada, grosseira e que nada tem a ver com este momento, o momento de finalização dos trabalhos, uma vez que ele, Wagner, também, está finalizando as suas atividades à frente do Executivo baiano.

Passa pela minha cabeça que o presidente Marcelo Nilo deve relevar essa indelicadeza do governador Jaques Wagner, porque o mesmo Wagner está atarantado, tenso, nervoso. Não saiu, até agora, qual será o destino de Wagner no governo federal. A todo instante, se diz para aonde vai o governador Jaques Wagner. Ele é

como peteca, pois um chuta de um lado; um outro, para o lado oposto. E a presidente não se posiciona.

Talvez, por isso, neste momento tenso de espera e de agonia, o governador Jaques Wagner tenha sido tão indelicado com o presidente Marcelo Nilo. Acho que o presidente desta Casa deve relevar este momento.

Mas volto àquela questão de uma música que se cantou muito aqui na Assembleia no período da greve dos professores: “Você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão.”

Inegavelmente, o presidente Marcelo Nilo, durante todo esse período, deu a mão, de forma incisiva e de forma muito importante, para que diversos projetos do governador Jaques Wagner fossem aprovados nesta Casa. E, ao final da gestão do governador Jaques Wagner, ele foi, extremamente, indelicado e tentou ingerir, aqui, neste Poder Legislativo.

Mesmo assim, procuramos tirar lição. Não é a primeira vez que alguém é ingrato. E, na política, isso já é corriqueiro. Só que nós não nos acostumamos com a ingratidão. Por mais que convivamos com a ela, sempre dói e machuca, principalmente quando a ingratidão vem de alguém que consideramos, apoiamos e damos as mãos.

Não basta o fato de que, durante todo período do governador Jaques Wagner, esta Casa funcionou com uma extensão do seu gabinete. Já não basta o fato de que, durante todo o governo de Jaques Wagner, esta Casa foi homologatória e funcionou, apenas, para dizer amém e dizer sim. E, mesmo assim, o governador Jaques Wagner não se dá por satisfeito.

Então, meu caro deputado Bruno Reis, peço ao presidente Marcelo Nilo, com o coração grande e generoso que ele tem, perdoar o atual governador Jaques Wagner pelo fato de que este último estar tenso, agoniado, preocupado, sem saber para aonde vai. Wagner abriu mão de disputar uma senatoria e tem a certeza de que ocupará um ministério da presidente Dilma Rousseff.

Parece que a presidente está matracando e fazendo isso de propósito. Aliás, isso não é novidade. Ela nunca teve a boa-fé para com os baianos, nunca teve. Agora, pela forma como o governador Jaques Wagner participou da campanha e pela importância da Bahia, Wagner deveria ser um dos primeiros nomes a ser escolhido pela presidente Dilma. E isso não está acontecendo.

É o que eu entendo, já que o governador Jaques Wagner sempre se posicionou como um homem lhano, civilizado, muito educado, muito cortês. E, de repente, aparece, de forma muito grosseira, criticando o processo de reeleição da Assembleia.

Vejam, quem tem de decidir a Presidência desta Casa são os Srs. Deputados. Quem não está satisfeito com este processo, candidate-se. O deputado Rosemberg Pinto não concorda e colocou o nome dele à apreciação. O deputado Pastor Sargento Isidório colocou o nome dele, também, à apreciação. Cabe à deputada Luiza Maia

colocar o nome dela à apreciação também.

Nenhum dos Srs Deputados está impedido de concorrer à Presidência desta Casa. Se não está impedido, por que não concorre? Por que não coloca o nome à apreciação? Medo de quê? De passar vergonha?

Se eu tivesse esta pretensão, colocaria meu nome para concorrer à Presidência desta Casa sem temer o insucesso. E, mesmo que eu obtivesse apenas um voto, eu iria até o final. Não acredito em candidatura “puxa-estica”, que ameaça, que diz que é, esperando um chamado para conversar e para negociar. Quem é candidato, é! Então, não lance a sua candidatura por brincadeira, como vi outro dia aqui dizer que a deputada Luiza Maia seria candidata. Ora, por que não foi até o final? Por que não coloca o nome à apreciação. É muito fácil ficar criticando o processo. Até admito que as pessoas e a sociedade possam opinar. Mas quem está aqui, se for contra o processo, coloque o seu nome para apreciação, vá para o embate, vá para o debate.

Mas, Sr. Presidente Carlos Brasileiro, vou aproveitar e deixar aqui registrado um discurso em que estamos cobrando, e já falando das perspectivas para 2015.

(Lê) “Sempre que a gente consegue vencer um ano, que a gente comemora a chegada de um ano novo, nós desejamos que muita coisa seja resolvida, muitos problemas fiquem para trás, nós renovamos as nossas esperanças em dias melhores.

Estamos bem perto de vencer mais um ano, de renovarmos todas as nossas esperanças em 2015. E eu sempre fui muito otimista em minha vida, sempre encarei os desafios com muita vontade de vencê-los, sempre tive a perspectiva de que as vitórias dependem de muito esforço, de muito trabalho, de muita disposição. Hoje, vivo uma fase de minha vida em que as melhores vitórias não são apenas as minhas, ou de pessoas da minha família. Depois que me tornei um homem público, as minhas melhores vitórias são aquelas em que eu contribuo para sejam conquistadas pela comunidade, pelo povo. Minha satisfação hoje é a satisfação coletiva. Logo, quero iniciar o ano de 2015 torcendo, renovando as esperanças para que tenhamos uma série de problemas solucionados: Primeiro: precisamos de uma grande moderna maternidade pública estadual em Feira de Santana. É uma vergonha, uma falta de respeito, o que tem acontecido com várias mulheres que não conseguem vaga para parir. Segundo: não é possível que o contribuinte continue pagando caro pelos péssimos serviços prestados pela Via Bahia. Os reparos no asfalto que nunca acabam, as obras que se arrastam por meses, muita coisa que poderia ser feita durante a noite, a madrugada, para evitar os transtornos. Terceiro: a concretização da Região Metropolitana de Feira de Santana. Seis municípios estão deixando até de receber verbas federais que podem contribuir, e muito, para a qualidade de vida de praticamente um milhão de pessoas. É impressionante a falta de sensibilidade do governo da Bahia; Quarto: precisamos de uma vez por toda acabar as obras do Centro de Convenções de Feira de Santana, para que a cidade possa desenvolver eventos de grande porte, fomentar o turismo de negócios. Não é possível que passemos mais um ano com essa novela; Quinto: outra novela são as obras do Parque da Lagoa Grande,

deputado Zé Neto. Gente, eles foram iniciadas em 2007... Isso mesmo, 2007! Sexto: durante a campanha eleitoral, foram assinadas ordens de serviço para a duplicação da BR-101, entre a BR-324 e a divisa com Sergipe, e do chamado contorno Oeste. E aí, quando essas obras realmente começarão? Além disso, precisamos discutir com a comunidade essa duplicação do contorno oeste, que vai ter influências em bairros grandes de Feira de Santana, para depois não haver problemas de acessibilidade, de mobilidade, como estão ocorrendo atualmente em outra parte da cidade. A ligação do conjunto Viveiros com Feira X.

Por enquanto, é só isso. Porém, tem mais. Muito mais de esperança, de expectativa, de conquistas que precisam ser merecidamente conquistadas pela macrorregião de Feira de Santana. São reivindicações coletivas, de uma sociedade que trabalha muito, que produz muito, que contribui demais com a arrecadação de impostos estaduais e federais”.

Infelizmente, o governo do Estado não dá a mínima para Feira de Santana. Um Centro de Convenções que já se arrasta há anos, e o governo não conclui. A obra da Lagoa Grande, a eterna promessa de duplicação do Anel de Contorno, nada disso sai do papel. São os nossos pedidos ao Papai Noel, que esse Papai Noel seja verdadeiro, e não o Papai Noel que use barbas, que carregue um saco de maldades nas costas, mas um Papai Noel bondoso e verdadeiro, que tenha os olhos voltados para os interesses da sociedade da Bahia. Esse Papai Noel precisa ser reinventando, porque o que está sentado no Palácio de Ondina é perverso, cruel e deu as costas à sociedade baiana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PSC/PV/PRB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- A Sr^a Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, vim falar de um assunto, mas, antes de começar esse assunto, o qual já trouxe por três vezes, gostaria de dizer ao povo da Bahia que estou vendo o deputado Carlos Geilson com os óculos. Acredito que quem usa óculos vê muitas coisas. Não acredito que ele não tenha visto o que a nossa Bahia alcançou de desenvolvimento nesses 8 anos de governo Jaques Wagner.

Sei que todo deputado, para se eleger, teve de visitar suas cidades, comunidades, praticamente muitos municípios da Bahia, portanto, teve de sair de casa e andar de carro. Tenho certeza de que passou em muitas estradas que antes

estavam no buraco, e hoje são asfalto; 98% das estradas da Bahia hoje estão asfaltadas.

Eu saio de Salvador, vou até Paulo Afonso por qualquer rodovia, seja pela 101, seja pela 110, seja 116, seja pelas transversais, que são BAs que interligam as BRs, e todas elas estão asfaltadas.

Deputada Maria Luiza Laudano, precisamos comprar um novo óculos para dar de presente, neste final de ano, para o deputado Carlos Geilson, para que ele não diga que Papai Noel... Não é possível isso. A Bahia recebeu o presente maior que qualquer pessoa dessa Bahia precisava, que foi garantir o acesso à água. Água é vida, água é liberdade, água é cidadania, água é economia.

Tive a felicidade de visitar, durante esse ano de 2014, muitas comunidades do interior e vi, e todos têm conhecimento disso, a água jorrando na torneira, água nas cisternas, com as cisternas grandes, de 50 mil litros. Encontrei pessoas que disseram para mim, “deputada, estou agora tendo o direito de ter um salário mínimo do trabalho que faço aqui nas minhas hortas. Fechei um pequeno contrato com um hotel, com uma feira, com uma escola, e das hortas já tiro por semana R\$150,00, R\$180,00; quando fecha o mês, tenho um salário mínimo”.

São pessoas que antes não tinham, precisavam passar na porta de alguém para pedir, e hoje levam para casa, compram, na feira em qualquer povoado. Isso é fruto de uma parceria do governo federal com o governo estadual, através da Sedes, através da CAR, através da CERB. Não tem como esconder essa grandeza que o nosso povo recebeu.

Quero parabenizar a Pastoral Rural da Diocese de Paulo Afonso. Fui domingo ao município de Adustina, um dos municípios onde a reforma agrária funcionou, prevaleceu, valeu. Vi, no assentamento Santa Luzia do Maricá, os trabalhadores e as trabalhadoras plantando e colhendo. Graças a Deus, a chuva caiu com abundância, os tanques estão transbordando de água, o angico todo florido, e as pessoas festejando a oportunidade de poder viver no interior, que antes não tinha estrada, e com as máquinas do PAC na pressão, aquele prefeito da cidade melhorou, em épocas passadas, as estradas, e hoje o pessoal pode chegar tranquilo.

O Sr. Zé Raimundo:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Vou conceder um aparte ao deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Nobre colega, deputada Fátima Nunes, parabéns pela intervenção, pelo seu discurso tratando dessas lutas, desses avanços, dessa convivência com as nossas comunidades sertanejas militantes.

Gostaria, deputada, de também manifestar meus sentimentos pelo acidente que vitimou o padre João. Amigo, companheiro nosso de lutas naquele município. Coincidentemente, me referi à visita que estamos programando para sexta-feira. Não sabia, pois tive que atender em nosso gabinete; quando voltei, a senhora me informou desse trágico acidente.

Acabei de ligar para Brasília, para o deputado Waldenor Pereira, muito amigo do padre João nessa sua luta para levar uma educação rural, uma escola agrícola, essa instituição com a qual tanto a Sr^a Deputada colabora, ajuda, junto com a deputada Neusa Cadore, e que também acompanhamos. Vamos tentar comparecer ao seu sepultamento.

Vejam, Srs. Deputados, a ironia da história. O padre Aldo, que foi o grande mentor desse processo em Riacho de Santana e região, morreu também num acidente de carro, e o seu seguidor, padre João, na mesma cidade, tinha saído para outra paróquia. Parece que Deus, na sua onipotência, escreve os destinos dos homens de forma extremamente dramática e trágica. Os nossos sentimentos e solidariedade a todos os amigos de Riacho de Santana. Haveremos de fazer o possível para confortar a todos neste momento de dor.

Era essa a minha intervenção, nobre deputada Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Muito obrigada, deputado Zé Raimundo. Incorporo ao meu pronunciamento as suas palavras, que são importantes e necessárias neste momento que aquela comunidade vive.

Continuando, faço os meus elogios ao nosso governador Jaques Wagner, sempre apresentando proposições. Durante o período da seca que vivemos nesses últimos anos, a maior seca dos últimos 30 anos, eu acompanhei todas as reuniões do comitê que foi criado, Comitê de Crise, Comitê de Emergência, coordenado pelo, na época, secretário da Casa Civil, hoje governador eleito do Estado da Bahia, Rui Costa, e tive a oportunidade de levar adiante as discussões, os entendimentos, as reivindicações e o conceito que temos de convivência com o Semiárido, sabendo que a seca sempre existirá porque é um fenômeno cíclico.

É importante criarmos condições para que as pessoas, os homens e as mulheres continuem vivendo bem sem sair da sua terra natal, sem vir para a cidade grande em busca de oportunidade. Até porque o sol, que, às vezes, é muito quente e de muita duração, serve para a plantação e para aquecer a agricultura e, quem sabe, também, produzir muito mais. Isso é dito pelos cientistas, porque só sou, apenas, uma professora.

Mas tenho a consciência de que é possível aproveitar todos os recursos hídricos da natureza guardando e reservando muito bem a água da chuva. Deve-se acondicionar os recursos vegetais ao guardar os alimentos em silos para os momentos de estiagens longas, a fim de alimentar os animais. E, também, deve-se transformar a fim de se produzir pequenas culturas para o alimento e para o sustento da família com o intuito de se colocar tais produtos em feiras com o objetivo de garantir renda para quem mora no semiárido.

Fizemos debates insistentes, durante as reuniões do comitê, com outros estudiosos, com outros pensadores, com toda a equipe do governo do Estado da Bahia, incluindo Cerb, Embasa, Secretaria do Meio Ambiente, Sedes, CAR e tantos

outros órgãos. Permitiu-se formular um pensamento e criar um instrumento jurídico que, certamente, virá para esta Casa a fim de se transformar em lei. O objeto é instituir a política pública de convivência do semiárido.

Em todos esses momentos, nós não deixamos de falar de nossas culturas tradicionais como o umbu ou o cajueiro. E, de modo bem especial, tratamos, por muitas vezes, do ouricuri ou do licuri, como o povo chama popularmente. Muitas pessoas, hoje, principalmente na região de Piemonte, através da Coopes – Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina –, trabalham transformando esse produto ao trazê-lo para as feiras, adquirindo renda com esse trabalho da cooperativa, com esse trabalho solidário e formador de renda para o povo daquela região.

Temos um projeto de lei a ser apresentado aqui na Casa. Mas como o nosso tempo se esgotou, voltarei em breve a tratar do assunto. Mas apresento, aqui, para todos esse conhecimento sábio e popular dos que trabalham com o ouricuri na região de Piemonte.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora e nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Nobre presidente, falará, por todo o tempo, o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, V.Ex^a está muito bem nesta cadeira.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, estamos, depois de muito tempo, vivendo um momento ímpar em nossa capital e, de resto, também, viveremos os próximos anos aqui na Bahia. Falo de medidas estruturantes que têm modificado, já previamente, o cenário da tão conurbada capital do Estado da Bahia, Salvador. Falo das suas vias e da ausência de um transporte de massa efetivo, eficaz.

E o governador Jaques Wagner está deixando uma marca depois de quase três décadas sem medidas estruturantes na composição de corredores expressos e no encaminhamento de medidas efetivas para melhorar a mobilidade em uma das capitais mais conurbadas que nós temos em nosso País que é Salvador.

Observem, teremos, dentro de pouco tempo, duas avenidas estruturantes que vão cortar, de maneira transversal, a península de Salvador. E elas estarão ligando a parte interna da Baía de Todos os Santos, qual seja, a costa atlântica mais ao norte e

ao nordeste de nossa capital, ao subúrbio e à cota final da Baía de Todos os Santos.

Parece-me que a capital estará produzindo um esforço na composição e implantação do BRT que vai confluir, necessariamente, para integrar o metrô de Salvador. É bom ressaltar que, depois de passar quase 15 anos sendo motivo de piada, o metrô é, hoje, uma obra que salta aos olhos diante da sua efetividade e diante do trabalho que tem revelado que esta obra é, de fato, prioritária.

Estou falando de um metrô que, em tempo recorde, em se tratando da construção de metrôs em nosso País, terá 42 quilômetros de extensão em suas 3 linhas envolvendo bairros populosos e envolvendo uma reengenharia que se fez para tornar este o terceiro maior metrô de superfície do nosso País.

Mas não é só isso.

Há obras estruturantes. Elas vão interligar o transporte ferroviário com as demais vias. Volta-se a contemplar a tão sonhada necessidade dos baianos de promover o transporte contemporâneo em todos os países desenvolvidos: é o transporte ferroviário na região “megametropolitana” de Salvador.

Tais meios de transportes envolverão 3 eixos importantes, pois a nossa capital Salvador se unirá às cidades de Alagoinhas, Feira de Santana e, também, às cidades do Recôncavo Baiano nas proximidades de Cachoeira, São Félix, Muritiba.

Teremos uma estação ferroviária revitalizada. Teremos a relocação do terminal rodoviário. E esses dois terminais, quais sejam, o rodoviário e o ferroviário, serão interligados a uma das linhas do metrô de superfície de Salvador.

Esta visão estratégica não para por aí. Entra, nesse processo, a ponte Salvador-Itaparica, unindo e racionalizando a integração do Baixo Sul e do Oeste à nossa capital que vivia sem essa interligação como quem mora em uma esquina de uma rua que não tem saída.

Observem, estamos vivendo um tempo de oportunidades que emerge de uma crise que durou quase 15 anos. A sensibilidade do nosso governador demonstra que a Bahia, além da mobilidade urbana, vai, também, atravessar momentos importantes de investimentos vultosos na logística, na intermodalidade, nos transportes estruturantes demonstrando que mais de R\$ 25 bilhões, sem considerar o aporte de origem privada, virão ser colocados à disposição de uma nova Bahia.

Esta carta de apresentação demonstra a oportunidade anunciada para o novo governador Rui Costa que terá, sem sombra de dúvida, uma oportunidade ímpar de consolidar essas mudanças estratégicas que ocorrerão tanto na nossa capital quanto no interior do Estado.

O Sr. Zé Raimundo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Com muito prazer, ouço o meu companheiro Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Nobre colega Joseildo Ramos, V.Ex^a faz um

pronunciamento abalizado até pela experiência como gestor à frente da cidade de Alagoinhas, pois, como tal, conhece a importância do planejamento urbano e a importância das obras que permitem melhor qualidade para a vidas das cidades. E V.Ex^a traz um tema instigante que haveremos de trabalhar, problematizar e elucidar nos próximos anos, porque são obras que durarão um ano e meio a quase dois anos, e assistiremos, realmente, uma grande transformação, uma grande revolução na nossa cidade do Salvador.

E aqui lembro, nobre deputado Joseildo, que, talvez, depois daquela intervenção dos anos 60, 70 e voltando um pouco nos anos 50 quando Mário Leal pensou o planejamento urbano de Salvador para o século 20, talvez seja o primeiro momento importante, depois de 60 anos, que a cidade está recebendo obras e, mais do que obras, uma concepção nova para permitir o direito à cidade na área da habitação, da circulação, da mobilidade, da qualidade da organização espacial de Salvador.

Por isso, eu gostaria de parabenizá-lo por essa intervenção e, sem dúvida, vamos colocar na pauta da Bancada do Governo, na pauta do nosso Partido, para repercutir esses efeitos positivos da grande obra que Rui Costa fará em Salvador.

Muito obrigado.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Agradeço a V.Ex^a, deputado Zé Raimundo, incorporo a fala de V.Ex^a ao nosso pronunciamento com muito prazer.

Como estávamos falando, eu recorro que há bem pouco tempo, e agora vou falar de duas questões meio que tópicas, duas intervenções relativamente simples, mas muito bem posicionadas que mudaram na Avenida Paralela a possibilidade de tráfego, a possibilidade de acessar áreas que há bem pouco tempo, eu falo de um ano atrás, nós tínhamos dificuldades ao sairmos daqui das sessões por volta das 18, 19 horas de trafegar na Avenida Paralela.

Naquela intervenção no Imbuí, aquele conjunto de viadutos ofereceu, sem sombra de dúvida, junto com o viaduto de Narandiba, uma oportunidade importante de acesso àqueles bairros e agora foi completado com aquele viaduto que tem na Estrada do Curralinho uma saída alternativa para o bairro do Stiep.

Então, isso demonstra a sensibilidade, isso demonstra que a engenharia em Salvador ainda tem muito por fazer e exatamente num local onde Salvador ainda preserva a harmonia de áreas verdes remanescentes da Mata Atlântica, ainda razoavelmente protegidas, onde pequenos mananciais estão emoldurando essa capital que havia perdido a pujança das suas áreas verdes por falta de regramento, por falta de uma posição mais taxativa dos governantes tanto da capital quanto do nosso governo.

Então são por essas e outras que esse traço de compromisso será, pela história, tornado indelével no momento em que alguém com um pouco mais de acurácia no olhar observar esse traço de compromisso do nosso governador que deixou, com a sua sensibilidade, para Salvador esse presente. É apenas o começo.

Quando a ferrovia Oeste-Leste estiver no seu traçado a condição de ligar o Porto de Ilhéus ao Oeste da Bahia, diminuindo o custo Bahia, não o custo Brasil, neste Estado, que, apesar dessa crise internacional, nos últimos anos permanece como o Estado que mais gera oportunidades no Nordeste deste País. Imaginem, estou falando atualmente quando as condições do ponto de vista estruturantes, o custo Bahia ainda é muito elevado, a competitividade do nosso Estado é questionável. Portanto essas incursões, esses investimentos tratarão de melhorar a competitividade do nosso querido Estado da Bahia.

Então, eu vejo e desta tribuna digo, com muita tranquilidade, que viveremos um novo ciclo de oportunidade, o recuo do custo Bahia, tornando o nosso Estado um dos mais competitivos, não mais entre os estados nordestinos, mas entre todos os estados deste País.

Era esse o nosso pronunciamento, meu querido presidente. V.Ex^a está muito bem nessa cadeira.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Obrigado, nobre deputado, parabéns pela fala.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):-Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do DEM para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o nobre deputado Paulo Veloso Dantas Azi.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o deputado Paulo Azi.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, vejo com preocupação os primeiros passos do futuro governo. É claro, Sr. Presidente, Srs. e Sras. parlamentares, que esta Casa, historicamente, sempre tem uma postura, eu diria, complacente, com os projetos que são encaminhados após cada eleição majoritária nesta Casa. Mas não posso deixar aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, de registrar a minha preocupação com as primeiras medidas tomadas pelo atual governo, mas, por certo, atendendo à solicitação do governo que se inicia no dia 1º de janeiro de 2015.

E eu me recordo que durante a campanha eleitoral a Oposição alertava, denunciava à população a situação financeira difícil pela qual passava as finanças do Estado. E o governo, através do seu candidato oficial, contestava os números apresentados pela Oposição e dizia que o governo continuava a ter as suas contas devidamente equilibradas. Parece que o que acontece no governo federal se repete na Bahia. O governo encaminhou a esta Casa uma proposta de enxugamento da sua máquina, que merece, inclusive, o apoio dos deputados desta Casa, apesar de que entendemos que foi um projeto que merecia um debate mais cuidadoso,

especialmente quando se trata do futuro de milhares de funcionários que por certo passarão, deputada Maria del Carmen, um Natal, se não de pavor, mas, certamente, de muitas preocupações.

O governador eleito até agora não deu qualquer alento, qualquer sinalização que venha transmitir segurança a esses funcionários. O projeto já foi aprovado nesta Casa e todos haveremos de acompanhar o desenrolar, quando janeiro chegar, das ações que serão implementadas pelo futuro governador. Além disso o governo encaminha a esta Casa um projeto – esse sim – vai impactar diretamente no bolso do consumidor da Bahia. Vai impactar diretamente nos índices inflacionários do nosso Estado que se refere ao aumento já em torno de 10% da alíquota que hoje incide sobre a gasolina.

Todos sabemos que combustível é um insumo fundamental de qualquer cadeia produtiva. É um produto muito sensível, que tem enormes repercussões. E o governo agora na sua sanha arrecadatória, porque reconhece as enormes dificuldades de caixa que vai herdar, avança ferozmente para o aumento da carga tributária do nosso Estado.

A gasolina que já é na Bahia e já tem na Bahia dentre todos os Estados nordestinos, a despeito de ter uma refinaria instalada em nosso Estado, a mais cara para o consumidor final. A gasolina da Bahia é hoje a mais cara de toda a Região Nordeste. E por certo agora com mais esse aumento de imposto ocupará o primeiro lugar em todo o território nacional.

Os cálculos indicam que esse aumento no ICMS para a gasolina vai representar na bomba um aumento em torno de 10 centavos. E aí imaginem para quanto irá o preço da gasolina quando o governo federal, como já se anuncia, retornar com a cobrança da CID, um imposto que também incide sobre os combustíveis.

Portanto, é no mínimo muito preocupante essas primeiras medidas do futuro governo que ao reconhecer as dificuldades com que vai herdar a administração pública, avança para um aumento da carga tributária já tão perversa, que já retira mais de 1/3 daquilo tudo que se produz em nosso País. O Brasil hoje tem uma das cargas tributárias mais altas do mundo: 36, 37, 38% de tudo que se produz é devolvido à União através dos impostos, das taxas contribuições, e o governo, ineficiente e perdulário, procura resolver os seus problemas de caixa com aquela que parece ser para ele a situação mais confortável: meter a mão no bolso dos consumidores, no caso específico os da Bahia. São poucos, muito poucos aqueles que hoje não têm – ou de maneira particular, ou no seu trabalho – alguma influência exercida pela gasolina. Como disse, é um insumo básico presente em toda a cadeia produtiva do nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, nesta tarde em que esta Assembleia se reúne para discutir e apreciar esse projeto, não poderia deixar de subir a esta tribuna para externar o meu desagrado, a minha reprovação ao aumento da alíquota de ICMS da gasolina. O governo finaliza muito mal para a população. Não é isso que a população ao eleger o candidato Rui Costa esperava dele. Aliás, inversamente ao que faz, o

governo durante a campanha pintava um outro quadro das contas governamentais. Mas parece, deputado Carlos Geilson, que o governo da Bahia gosta de imitar o governo federal em tudo. Mais uma vez, segue esse caminho que, repito, vai penalizar quase a totalidade da população do Estado com esse aumento da carga tributária, que será imediatamente sentida por todos.

Quando, em abril, esse imposto passar a valer, certamente será transferido para as bombas de gasolina e por consequência para consumidor final. Portanto eu gostaria, Sr. Presidente, de registrar...

O Sr. Alan Sanches:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO AZI:- Com o aparte o deputado Alan Sanches, com enorme prazer.

O Sr. Alan Sanches:- Nobre deputado Paulo Azi, eu não poderia perder a oportunidade de parabenizá-lo pelo caráter ilibado que teve nesta Casa na sua trajetória como deputado estadual, em todos os cargos que ocupou aqui. V. Ex^a para mim é um exemplo de homem íntegro, lutador. Mesmo eu estando em campo oposto, sempre fui respeitado por V. Ex^a, sempre procurei respeitar V. Ex^a e desejo-lhe todo sucesso. Não tenho dúvida de que V. Ex^a vai brilhar na Câmara Federal e eu estarei acompanhando-o pelos noticiários. Desejo-lhe sucesso, porque V. Ex^a merece, merece!

O Sr. PAULO AZI:- Obrigado, deputado Alan pelas palavras carinhosas de V. Ex^a. Na realidade, deputado Alan, desde ontem que estou para subir a esta tribuna e fazer o meu discurso de despedida nesta Casa. Mas, como gosto tanto deste Poder, estou aqui a cada dia adiando este discurso que, por certo, farei na próxima semana que, possivelmente, será a última semana dos trabalhos legislativos desta Casa. Desde já agradeço as palavras carinhosas de V. Ex^a

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador e nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o nobre Líder do governo ou do PT para falar ou indicar o orador, por 12 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Nobre presidente, falará a deputada Maria del Carmen, pelo tempo de 8 minutos. E pelos 4 restantes, o deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, ouvi atentamente a fala, o discurso do deputado Paulo Azi e quero também, junto com o deputado Alan Sanches, que já o fez, parabenizá-lo pela vitória desejando-lhe muito sucesso no Congresso Nacional. Espero que lá ele continue na defesa dos interesses do Estado da Bahia, como sei que tem feito mesmo em posições

contrárias e sendo nós adversários políticos. Mas a sua forma educada e elegante de tratar e colocar suas posições aqui nesta tribuna faz com que a gente tenha uma admiração pela sua forma de atuar.

Porém, atentando para aquilo que trazia o deputado Paulo Azi, eu queria falar algo que me surpreende. No início da gestão municipal, logo após a posse do atual prefeito da capital, que é aliado do dele e do deputado Bruno Reis, as medidas adotadas pela Prefeitura de Salvador foram também na direção de fazer os ajustes que o ocupante do cargo considerava adequados na questão do IPTU.

Iniciou encaminhando-as até antes, inclusive pelo gestor anterior, já que ele não poderia aumentar o IPTU depois de assumir, visto que só teria vigência no ano seguinte. E como o mesmo deputado aqui dizia... Aliás, disseram diversas vezes que o prefeito necessitava de recursos para fazer as intervenções que a cidade precisava. Isso diziam eles aqui, esses deputados, e dizia também o prefeito. Falavam que era necessário.

A propósito, ouvi atentamente o prefeito falando no rádio esta semana. Eu estava no carro e sempre escuto, porque tenho interesses e acompanho a política soteropolitana muito de perto. Ele disse que teria já em caixa recursos da ordem de 1 bilhão de reais para fazer intervenções aqui em Salvador.

E a nossa surpresa naquele momento era a forma como foram adotadas as medidas para os aumentos abusivos do IPTU, sem debate, sem discussão, fazendo reajustes tamanhos, que muitas famílias e muitos proprietários de imóveis quase tiveram de vender suas casas para poderem pagar esse imposto que era necessário.

Tenho uma amiga que mora na Estrada Velha do Aeroporto. Lá tem um pequeno condomínio muito simples, com muita área verde, mas os terrenos são muito grandes. O lugar é mesmo bastante simples, deputado Carlos Brasileiro, que preside esta sessão. Porém o custo da casa dela, que é uma mulher trabalhadora, são ela e o esposo, dois trabalhadores... A residência tem uma pequena piscina e é realmente bastante simples. Só que foi avaliada em 1 milhão e 200 mil. Então, era impossível pagar o IPTU. Ela não teria a menor condição de continuar vivendo nessa casa. Isso é tão verdadeiro, que a Prefeitura de Salvador teve de voltar atrás em vários casos para adequá-los à realidade.

Mas, quando o governador eleito e agora já diplomado Rui Costa, através do atual governador Jaques Wagner, encaminha a esta Casa uma readequação da tabela de diversas atividades prestadas e da alíquota da gasolina... Vejam, ele aumenta a alíquota do combustível, da gasolina.

O Sr. Bruno Reis:- Um aparte, nobre deputada?

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Darei, deputado Bruno Reis, quando for o momento.

Mas eu quero dialogar com V.Ex^a. Aumenta quando, na realidade, o transporte

público, o transporte de carga é feito, infelizmente – por uma decisão equivocada lá de trás – através do transporte rodoviário. Esse foi o grande equívoco cometido no Brasil no processo de desenvolvimento deste País. Num primeiro momento, fomos pioneiros na implantação das ferrovias, mas acabamos com elas ferrovias no Brasil.

Somente agora, no nosso governo, o governo do PT assume a gestão e transforma, dá um novo alento, criando até uma empresa para realizar isso com o transporte ferroviário, que é o transporte, de fato, que deve fazer com que se movimentem as cargas, os valores por este Brasil afora, já que somos um país continental. Absurdo o que foi feito neste País com as nossas ferroviárias.

E em relação a gasolina, não é ela que se utiliza no transporte de massa. Mas o que temos de fazer é continuar defendendo – e esta Casa tem essa obrigação –, enquanto deputados, a implantação do transporte de massa. É ele que permitirá que possamos reduzir os custos desse transporte. E também do ponto de vista ambiental, a decisão adequada é garantir esse transporte – deputado Joseildo Ramos, V.Ex^a que defende de forma muito veemente as ferrovias –, é lutar para que aqui se implante o metrô, que levou 14 anos para que a primeira etapa pudesse ser utilizada.

Agora, sim, depois de o prefeito repassar... E aí temos, de fato, de lhe agradecer por ter repassado, por finalmente entender que a Prefeitura de Salvador não tinha condições, sozinha, de tocar o transporte de massa. Ele enfim entendeu que isso tem de ser um projeto em nível estadual. Infelizmente, também lá de trás, equivocadamente se tomou a decisão de que a Prefeitura de Salvador, sozinha, poderia fazer o metrô. Esse foi um grande equívoco que só foi corrigido agora. Parabenizamos o prefeito por essa atitude naquele momento.

Não é justo que a população que não anda de carro e precisa do transporte coletivo para ir ao trabalho, ao médico, à escola, à universidade, tenha de pagar o custo daqueles que têm o privilégio andar de automóvel. Portanto, para que tenhamos as estradas adequadas, mantidas e conservadas adequadamente, precisamos que o governo do Estado tenha os recursos necessários para mantê-las. E nós que andamos de veículo temos de ajudar, já que os recursos são insuficientes, como disse o prefeito lá atrás, que os recursos que a Prefeitura de Salvador tinha eram insuficientes para fazer as intervenções que a cidade precisava, inclusive para recuperar a sua malha viária, pois ela estava extremamente prejudicada pela sua idade e pela manutenção inadequada realizada pela gestão anterior.

Portanto, obrigada, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Bruno Reis:- Meu aparte, deputada.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Infelizmente, o próximo horário é do deputado Alan Sanches.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, V.Ex^a fica muito bem nessa cadeira, colegas deputados e deputadas, queria agradecer também à benevolência da deputada Maria del Carmen, colega desde o tempo que iniciei minha vida parlamentar como vereador em Salvador, quando fomos colegas e aprendi a apreciar V.Ex^a naquela Casa.

Queridos amigos, hoje aproveito este momento para convidar e convocar V.Ex^{as} para um debate que teremos amanhã, da área da saúde. Debate importante para todas as pessoas que moram em Salvador, principalmente no subúrbio ferroviário, quando trataremos o tema do Hospital João Batista Caribé, extremamente bem localizado, serve a Periperi, Coutos, Fazenda Coutos, Paripe, São Tomé de Paripe, Tubarão, Praia Grande, toda essa região, e, hoje, ainda está sendo submetido a uma reforma. Parece-me que o hospital pegaria uma referência como hospital da mulher. É justo, muito bom. Hoje funciona como maternidade, mas o hospital pode ser muito melhor aproveitado do que vem sendo.

Estive lá fazendo uma visita, semana passada, conversei com uma comissão de funcionários e percebemos que os funcionários que têm 20, 30 anos de Casa, têm interesse em ver o Hospital João Batista Caribé como outrora já foi. O centro cirúrgico já está reformado, falta apenas a última limpeza, o material já está lá, o que precisamos é essa força política para poder aproveitar aquele equipamento extremamente necessário para aquela população, principalmente do subúrbio ferroviário.

V.Ex^{as} podem achar que o Hospital do Subúrbio tem resolvido, mas não tem. Porque a referência do Hospital do Subúrbio é outro. Quando falamos que a Saúde precisa avançar, sabemos que a procura é muito maior do que podemos ofertar. Podemos, sim, ter um olhar mais carinhoso e atencioso com o Hospital João Batista Caribé para que possamos utilizar aquele equipamento para, de alguma forma, beneficiar a população.

Hoje a própria comissão de funcionários, utiliza aquele hospital de forma a atender às demandas da população. Como exames laboratoriais externos, mas podemos muito mais. Se V.Ex^{as} tiverem oportunidade de fazer uma visita, perceberão que o hospital pode ser bem melhor utilizado. E se for referência do hospital da mulher, ótimo. Mas precisamos fazer as cirurgias ginecológicas, as colpoperineoplastias, a histerectomias, essas cirurgias que a gente pode fazer naquele hospital e que hoje não é.

Acho que o excelente secretário Jorge Solla, homem extremamente conhecedor da área da saúde pública, que avançou na Saúde, trouxe grandes avanços para a nossa população, muita coisa precisa ser feita, lógico. Não se faz tudo o que ficou sem ser feito durante um tempo. Jorge Solla deu a sua contribuição e tenho certeza que o secretário Fábio Vilas-Boas que assume agora a pasta da Saúde dará continuidade a

esses avanços.

A minha fala é para convidar V.Ex^{as} para estarem presentes amanhã a esse debate público para tratar da atual situação do Hospital João Batista Caribé. Mas principalmente para o futuro dele. Então conto com V.Ex^{as} nesse debate para que possamos trazer soluções e, pelo menos, ideias para esse grande hospital do subúrbio ferroviário.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro): - Ordem do Dia.

Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 21.010/2014, de procedência do Poder Executivo, que altera as Leis nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, e nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, e dá outras providências.

O Sr. Bruno Reis:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro): - Pela ordem, deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis: - Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Marcelino Galo:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro): - Pela ordem, deputado Bruno Reis.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a desse o tempo regulamentar, convocando todos os Srs. Deputados que estão nas dependências desta Casa para que compareçam a este Plenário para que possamos dar quórum.

Então, Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a zerasse o painel e desse o tempo regulamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- A sua questão de ordem será atendida também, nobre deputado Marcelino Galo.

Sr^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para continuidade da sessão solicitada pelo deputado Bruno Reis.

Zerem o painel e contem os 15 minutos regulamentares. (Pausa.)

O Sr. Presidente (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, quórum para continuidade da sessão solicitada pelos deputados Bruno Reis e Marcelino Galo. (Pausa.)

Já tem presença.

Há um requerimento assinado pelo deputado Zé Neto que solicita a

prorrogação da sessão pelo tempo de 600 minutos com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia. Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.(Pausa.) Aprovado.

O Sr. Bruno Reis:- Há uma verificação do quórum sendo feita, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já teve 21. V. Ex^a quer discutir, deputado?

O Sr. Bruno Reis:- Quero a verificação do quórum para votação do requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, nunca houve isso aqui. Veja bem, se V.Ex^a quiser, tudo bem, mas já foi votado.

Tudo bem. atendendo a V.Ex^a porque, realmente, eu não vi o quórum de votação.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V.Ex^a a verificação de quórum para votação do presente requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para prorrogar a sessão, não é isso?

Há 32 deputados. Quer nominal? Vamos fazer nominal.

Zerem o painel. Marquem 25 minutos. Eu contei...

Para não ter dúvida, vamos para o painel. Srs. Deputados, marquem as presenças. Verificação de quórum de votação para prorrogar a sessão.

Depois vão dizer que o presidente atendeu a Oposição. Vou fazer uma deferência aos deputados da Situação e eu mesmo vou pedir o quórum, um fato inédito. Porque da outra vez não pediram, agora eu vou pedir permissão ao deputado Zé Neto e eu mesmo vou pedir o quórum de votação.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, que seja concedido os 25 minutos.

Porque, na verdade, Sr. Presidente, ontem fizemos um acordo aqui e o acordo era para votar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É verdade, V.Ex^a tem razão, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Estou tranquilo, estou sem entrar em polêmica até para não haver polêmica. Vamos conduzindo as coisas, vamos lá, 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quórum de votação.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

Há quórum de votação. Os Srs. Deputados que aprovam a prorrogação da sessão pelo tempo de 600 minutos permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Para discutir o nobre deputado Bruno Reis pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir, deputado Bruno Reis.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, espero que esse não seja o espírito de V.Ex^a para o próximo mandato, suprimir o nosso tempo.

Antes mesmo de falar um pouco sobre a matéria em questão, infelizmente, às vezes para justificar os nossos atos, algumas pessoas têm a mania de olhar para o vizinho. Não é isso, deputado Euclides Fernandes, olhar para o quintal do vizinho. E foi isso que a nobre amiga, deputada Maria del Carmen, por quem tenho um carinho tão especial, fez ao utilizar esta tribuna para justificar o aumento do ICMS, ou seja, aumento da alíquota do imposto. V,Ex^{as} vejam, uma petista histórica como a deputada defender aumento de imposto. Ao invés dela utilizar argumentos para justificar o aumento do imposto, ela foi justificar o aumento do ICMS, ou seja, aumento da alíquota do imposto. Você veja, uma petista histórica como ela defender aumento de imposto, ao invés de usar o argumento para justificar o aumento de imposto, ela foi justificar o aumento da alíquota do ICMS que irá impactar no aumento do combustível, fazendo uma comparação ao aumento do IPTU, que o prefeito ACN Neto promoveu aqui em Salvador. E aí no afã de justificar com argumentos em relação à gestão da prefeitura, acabou criticando o governo que iniciará. Por que isso? Ela diz que prefeito ACM Neto chega ao final desse ano com 1 bilhão em caixa para investimentos, como se isso fosse um crime. Se tem 1 bilhão em caixa não haveria necessidade de reajustar o IPTU.

Ora ora, nobres parlamentares, o que o prefeito ACM Neto fez? Modificou a planta genérica da cidade, que há 19 anos não era atualizada. Portanto, gestão dos mais diversos partidos, gestão inclusive à frente das secretarias responsáveis no município de Salvador com nomes do PT, nomes com por exemplo, do secretário Nestor Duarte que é do PDT, hoje secretário do governo Jaques Wagner e já anunciado secretário do governo Rui.

Portanto, ao modificar a planta genérica, ao fazer uma reforma tributária, corrigindo a evasão de divisas, principalmente para municípios vizinhos da Região Metropolitana, onde empresas se instalavam, executavam serviços aqui, e o ISS era cobrado no município vizinho, que hoje passou a ocorrer no próprio município, com medidas como essa o prefeito, é verdade, ampliou a arrecadação. Só que o prefeito, diferente do governador eleito, foi muito além, nobre deputada Maria Luiza Laudano, para poder chegar hoje ao final do seu segundo mandato com 1 bilhão em caixa destinados a investimento. Mas do que o aumento da arrecadação, que de certa forma é o que o atual governador pretende fazer, aumentando o combustível, e ao final vamos dizer por que discordamos, o prefeito fez ajustes na máquina pública.

O prefeito reduziu todos os contratos em pelo menos 25%, reduziu todos os

cargos comissionados em 25%. Não foi só o incremento na arrecadação que fez com que hoje se tivesse condições de investir com recursos próprios. Diria até que foi principalmente o corte da máquina pública. O que o atual governador fez? Reduziu em apenas três secretarias que não existiam, que não tinham funcionamento e que não havia razão para a sua existência. Qual foi a revisão de contrato que o atual governador propôs? Qual foi a redução de cargos comissionados que o atual governador propôs? Nenhuma. Ele, ao invés de sacrificar os partidos, os acordos políticos, o que ele está fazendo? Sacrificando a população baiana, em especial a todos que utilizam o combustível, e já houve um aumento recente por parte da Petrobras que está envolvida nesse mar de lama, um símbolo nacional chegou a essa situação.

E agora o governo do Estado, não satisfeito, vai dar que presente de Natal para o povo baiano? É esse o presente de Natal que os deputados darão ao povo baiano. Achar que o empresário vai ter prejuízo de 3% no combustível, nobre deputado José de Arimatéia? Não vai. Será automaticamente repassado para a população. Podem aguardar o preço nas bombas de combustível.

É esse o presente que o governador eleito, Rui Costa, dará à população baiana? Que presentão de Natal! Ele deveria estar grato ao povo baiano pelos 54% da população que o elegeram governador. E vem com um presente de grego desses, querendo – como foi aprovada a urgência, a toque de caixa –, mais uma vez, nobre deputado Yulo Oiticica, aprovar nesta Casa um “pacotão”. O efeito maior é no ICMS do combustível, mas diversos outros tributos estão sendo aumentados.

Nobre deputada Maria del Carmen, que não se encontra aqui neste momento, Salvador é a 3ª capital do Brasil e era a 26ª em arrecadação per capita. Quando se mudou a planta genérica e se aplicou a reforma tributária, saiu da 26ª para a 12ª posição, ainda muito aquém da representação e das necessidades dessa população. Agora, o Estado da Bahia já é o Estado que tem a sexta maior alíquota do ICMS, é o maior Estado do Nordeste. Portanto, não há justificativas razoáveis para a aprovação desse projeto. O que há é uma falta de consciência por parte desse governo, que não tem coragem de colocar o dedo na ferida, que não tem coragem de fazer o que precisa ser feito para viabilizar esse governo que está quebrado.

Esse governo está quebrado, nobre deputado Sidelvan Nóbrega. Existe um rombo nas contas públicas do Estado, existem 4 anos pela frente sem um real sequer dos royalties, porque este governo atual já vendeu essa receita futura.

Esse governo está comprometido com R\$ 110 milhões de contrapartida da Arena Fonte Nova, R\$ 200 milhões são a contrapartida do sistema de metrô, R\$ 80 milhões são a contrapartida do emissário submarino. Como é que essas contas serão fechadas? Somente se cortar.

Ontem, o governador – por conta dos compromissos e acordos políticos – não conseguiu sequer anunciar sua equipe na totalidade. Apenas 14 secretários foram anunciados, os outros 10 secretários ainda estão na queda de braço do jogo político,

no balcão de negócios dos partidos políticos, com o partido a e partido b reivindicando a secretaria c e a secretaria d. Na verdade, deveria ter enxugado mais a máquina pública, cortado o número de contratos, como de locação de veículos, de locação de imóveis para funcionamento dessas secretarias, de Redas, de PSTs, que serviram para acomodar milhares de cabos eleitorais nas últimas eleições.

É essa oportunidade que o governador está perdendo. E, mais uma vez, quem é que paga a conta? Mais uma vez quem paga a conta é o povo da Bahia.

Não quero crer, nobres deputados, tanto os reeleitos como aqueles que não disputaram ou que – por algum motivo, que considero injusto, pelo trabalho que realizam –, não voltarão para esta Casa... Faço um apelo, vocês não podem aprovar, nobre deputado Zé Raimundo, esse projeto num momento atual em que vive o País, na crise atual em que estamos vivendo.

O País parou de crescer, a economia está estagnada, e a classe média está endividada, falida. E ainda ter de pagar mais 3% de aumento do combustível, e aumento de diversas outras tarifas públicas. Tarifas para renovação de carteiras. Tarifas para aberturas de empresas. Empresários que querem produzir terão seus valores reajustados. Dizer que tem o apoio do segmento, não tem! Até porque, ontem, recebemos um telefonema do presidente do sindicato dos combustíveis em que pedia para que essa matéria fosse apreciada na próxima semana, tendo em vista que na sexta-feira ocorreria uma reunião do sindicato dos seus representantes com o secretário da Fazenda para discutir até mesmo um escalonamento.

Foi proposta até por deputados da Base do governo que na hipótese de não se pedir esse aumento da alíquota, que ela pudesse ser escalonada: uma parte em 2015, outra parte em 2016, e uma parte em 2017. Mas o que é isso? E aí sem muitas delongas, o atual governador rejeitou a proposta. Claro, ele sabe a situação crítica e caótica em que vive as contas, a situação financeira do Estado da Bahia. E está querendo transferir para a população baiana mais um pacote de reajustes nas tarifas e nas alíquotas dos impostos estaduais. Já ocorreu isso aqui. Recentemente, mexeram em produtos da cesta básica. Agora, vem no final do ano, mais uma vez, uma prática... A velha prática do PT, fazer as coisas na calada da noite, no período de Natal, Sr. Presidente, quando a população já não mais...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. BRUNO REIS:- (...) está acompanhando de perto o que está acontecendo na vida da sociedade.

Fizeram assim quando criaram aqui na calada da noite, eu me lembro, no ano passado, a taxa de incêndio que a população só veio tomar conhecimento quando recebeu os carnês em casa. Agora, mais uma vez, a alíquota do ICMS. Este é um verdadeiro crime, um verdadeiro atentado. Não venham querer justificar aumento da alíquota do combustível com a situação do IPTU, dizendo que é para empregar na recuperação das estradas.

Quantas e mais quantas operações de créditos nós autorizamos nesta Casa? Já chegam a quase R\$10 bilhões de operações de créditos aprovadas por esta Casa. Cadê esses recursos que foram utilizados para recuperação de estradas? Muito pouco. O maior que foi utilizado foi aprovado ainda no governo do então governador Paulo Souto, que o PT acabou votando contra, e depois utilizou esse recurso para recuperar diversas rodovias.

Portanto, há empréstimos, operações de crédito, aprovados por esta Casa que os recursos podem muito bem ser utilizados para recuperação de estradas. E não querer aumentar alíquota para transferir dinheiro para o fundo sob a justificativa de que serão os recursos para recuperar as estradas. Só é cortar o custeio, nobre deputado Marcelino Galo, custeio esse que vem sendo bancado por operações de crédito. Imaginem vocês, se o presidente Aécio Neves tivesse vencido as eleições.

O que é este Estado hoje? Este Estado hoje, dando um exemplo prático, equivale a um pai de família que ganha R\$10 mil por mês. Com um contracheque de R\$10 mil, se você chegar em qualquer banco, vai receber um financiamento para pagar uma prestação de até 30% do seu salário, R\$3 mil por mês. Só que o banco não sabe que dos seus R\$10 mil você paga a escola dos seus filhos, a prestação do seu carro, a prestação do apartamento, seguro, plano de saúde, e só sobra R\$300,00, o restante está comprometido com o orçamento familiar. Então, você não pode pegar o financiamento de R\$ 3 mil pois você só tem R\$300,00 para pagar.

É a situação do Estado hoje. Tem poder de endividamento mas não tem liquidez, não tem condições de honrar os compromissos. Vem fazendo isso com base na muleta do governo federal, que avaliza essas operações de crédito.

Portanto, é um Estado insolvente, e o governador eleito perdeu, está perdendo, nobre presidente Yulo, a oportunidade de ter feito um ajuste na máquina pública para que este governo possa iniciar bem. Aprendi, na vida, que o que se inicia bem, pode acabar bem ou pode acabar mal. Mas o que se inicia mal, não tem como acabar bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Próximo e último, para discutir por até 20 minutos, deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, subo a esta tribuna e, mesmo tendo o tempo de até 20 minutos, não usarei todo o tempo para expressar minha posição, para deixar claro para a Bahia como votarei em relação a esse projeto. Quero estar com a minha consciência tranquila.

No mês de abril, quando os baianos começarem a sofrer no bolso, quando começar a doer no bolso, quero estar com minha consciência tranquila que não

coloquei nesse aumento as minhas impressões digitais. Quero ficar tranquilo com a minha consciência, respeitando os meus eleitores, os 47.401 baianos que depositaram o seu voto, que não votei, não fui favorável, não aceitei votar por mais uma penalidade para o baiano, que é a majoração do ICMS sobre os combustíveis, saindo de 27 para 30%.

Os senhores e senhoras que nos assistem pelo Canal Assembleia devem se recordar muito bem porque, afinal de contas, não vai muito distante o tempo em que o candidato Rui Costa estava nas ruas, o tempo em que o candidato Rui Costa esteve nas suas cidades, o tempo em que o candidato Rui Costa aparecia na TV falando de suas propostas e de como melhorar a vida do cidadão e da cidadã deste Estado.

Pois é, num processo de metamorfose, eis que o governador Rui Costa nem mesmo sentou na cadeira de governador, já esqueceu o que falara, o que prometera em praça pública. Pesa agora sobre os deputados governistas, nos ombros desses deputados, o peso de jogar para a sociedade mais um imposto, mais um tributo. Não se aguenta mais. O povo da Bahia não suporta mais. A carga tributária é perversa, só a Bahia e o Rio de Janeiro são os estados com maior incidência, com maior aumento do ICMS sobre o preço dos combustíveis.

Sr. Governador Rui Costa, não era isso que o senhor pregava em praça pública, o que o senhor dizia, meu caro deputado Fabrício Falcão, é que a Bahia tinha saúde financeira. A todo instante jogando loas ao governador Jaques Wagner, segundo ele, por administrar bem este Estado. Eis que a máscara caiu, eis que nos deparamos com o abismo, com o verdadeiro buraco nas finanças do erário deste Estado. E, para tapar esse rombo, tirar de quem? Jogar nas costas dos incautos, dos eleitores, daqueles que sonharam e acreditaram nas peças publicitárias. E, agora, esse é o presente que é dado ao povo da Bahia. Já não basta o projeto draconiano de reforma administrativa onde milhares de baianos estão ameaçados de perder o emprego. Mas a perversidade não poderia ficar pela metade, ela teria que ser completa. E, para ser completa, tinha que atingir a sociedade de um modo geral. E, para isso, o aumento do ICMS sobre os combustíveis.

Ouvi uma verdadeira piada de um secretário de Estado ao dizer que o aumento da gasolina não penaliza os menos favorecidos. Ora pois, ora bolas! Todos nós sabemos que o aumento dos combustíveis resulta num efeito cascata, todos vão sofrer, desde os mais endinheirados até os menos favorecidos. O aumento do ICMS sobre a gasolina atinge a todos.

Um projeto dessa magnitude, meu caro presidente Marcelo Nilo, um projeto dessa importância não pode chegar ao Plenário sem passar pelas comissões. Esse governo fez pouco caso das comissões. Que adianta as comissões funcionarem nesta Casa? Para analisar projetos dos Srs. Deputados que ficam engavetados sem o poder de jogá-los aqui para a apreciação dos Srs. e Sr^{as} Deputadas, que adianta o funcionamento das comissões se o governo não as respeita, se o governo passa por cima? E um projeto como esse o governo tem medo de colocar para o debate na

comissão, e eis que na comissão o governo tem ampla maioria. Mas pelo menos que passassem pelas comissões, até para dar um espírito verdadeiro de que a Casa trabalha e as comissões têm sua serventia e têm sua importância.

O Líder do governo, deputado Zé Neto, usando da sua prerrogativa de Líder, da força que tem nesta Casa, com o agrupamento de quase 50 deputados, passa por cima da ética, passa por cima dos bons costumes de uma política republicana e traz para o plenário, usando-se da sua maioria, do seu rolo compressor, um projeto que vai dizer e que diz respeito a todos os cidadãos e cidadãs deste Estado.

No mês de abril, quando o governo começar a cobrar o ICMS, e quando você for abastecer o seu carro, vai incidir sobre o litro de gasolina, por exemplo, entre 8 a 10 centavos por litro, o baiano vai sentir pesar. O deputado Marquinhos Viana, da sua querida Barra de Estivas, hoje vota cegamente nesse projeto. Mas ele vai sentir. Os seus concidadãos vão sentir o peso e a maldade desse governo.

Portanto, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, não usarei todo o meu tempo para que a sociedade baiana saiba que o deputado Carlos Geilson votou contra. Não contra por ser contra, não sou deputado da Oposição que sou contra por ser da Oposição. Sou contra por uma questão de convicção. A sociedade não aguenta mais pagar impostos. Não aguenta mais com essa carga tributária que é perversa.

Ainda mais, meu caro Dr. Geraldo Mascarenhas, quando um projeto como esse não tem o debate na sociedade. E é justamente oriundo – o que mais me surpreende – de um partido que foi forjado nos debates, nas discussões, nas assembleias, nas portas das fábricas. Hoje foge do diálogo, do debate, como o cão foge da cruz.

O que mudou? Por que o PT passou por essa metamorfose, essa transformação? Aquele Líder, lá em Feira de Santana, começando a sua carreira política, o deputado Zé Neto, quantas e quantas vezes compareceu às portas das fábricas com carro de som, para procurar os trabalhadores para o debate, para o diálogo. Por que hoje não age assim? Porque hoje ele é governo, ele é poder. Passou por cima da sua história, da sua trajetória. Como o Partido dos Trabalhadores não é mais dos trabalhadores, é o partido dos endinheirados, e dos banqueiros, hoje não mais justifica o seu nome, Partido dos Trabalhadores.

Será que os trabalhadores não serão penalizados com esse reajuste? Meu caro deputado Carlinhos Brasileiro, que veio lá de sua querida Senhor do Bonfim, cidade que V.Ex^a tanto ama, pela qual tanto zela e da qual cuida. Os seus irmãos lá serão penalizados. E por que essa penalização? Porque o governo precisa cobrir o rombo. E quem deu esse rombo? Foi você, cidadão que nos acompanha agora pela TV Assembleia? Foi você querida dona de casa, que deu esse rombo nas finanças do Estado? Não foi.

O responsável por esse rombo tem nome e sobrenome: chama-se Jaques Wagner.

O Estado foi mal administrado. E por isso o seu sucessor não pode gritar, não

pode espremer, e tem de jogar nas costas da população mais um tributo.

As minhas mãos jamais apertarão um botão nesta Casa para votar contra essa sociedade, a favor de um imposto. E quem votar a favor desse imposto, quem votar a favor desse absurdo vai se ver mais adiante com esse povo que será penalizado.

Muitos vão se nutrir de um slogan que diz: “O povo tem memória curta”. Mas quando se trata do bolso, essa memória com certeza é uma memória ativa, longa.

E V.Ex^{as}, os senhores e as senhoras, serão julgados, mais cedo ou mais tarde. Por isso, voto contra, por isso, sou contra.

Lamento que esta Casa não esteja cheia, que a sociedade não participe, que não acompanhe, e apenas receba o prato pronto para digerir. Uma comida muito mal elaborada, com ingredientes que vão provocar verdadeiros desarranjos no bolso do trabalhador e trabalhadora.

Concluo as minhas palavras deixando claro, deixando patenteado o meu voto contra. Que conste nos Anais desta Casa a qualquer tempo.

Estou renovando o meu mandato. Um dia deixarei de ser deputado. Mas a qualquer tempo, ao vasculhar as histórias deste Legislativo, qualquer um saberá que o deputado Carlos Geilson votou contra por não concordar, não ser favorável a se penalizar o cidadão baiano e a cidadã baiana com mais um tributo, com uma carga tributária que é escorchante, brutal, cruel e perversa!

Portanto, Sr. Presidente, o meu voto é contra. E que isto conste na ata dos trabalhos desta sessão de hoje.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei nº 21.010/2014, de procedência do Poder Executivo, que altera as Leis nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, e nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, e dá outras providências.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 21.010/2014

Altera as Leis nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, e nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - A Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 16 -
.....

VI - 28% (vinte e oito por cento) nas operações com gasolina.
.....”

“Art. 42 -
.....

XIII-A -
.....

c)
.....

1.4. utilizar equipamento para pagamento via cartão de crédito ou de débito que não esteja vinculado ao estabelecimento onde ocorreu a operação;
.....”

Art. 2º - Os dispositivos da Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, a seguir indicados, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 16 -

I -
.....

c) mercadorias saídas diretamente do estabelecimento fabricante situado neste Estado com destino a empresas de pequeno porte e microempresas inscritas no cadastro estadual, exceto em se tratando das mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária e das mercadorias não enquadradas no regime de substituição relacionadas nos incisos II, III e IV do *caput* deste artigo;
.....

II -

e) óleo diesel e álcool etílico anidro combustível (AEAC);”
.....

§ 1º - A aplicação da alíquota de 7% (sete por cento), prevista na alínea “c” do inciso I do *caput* deste artigo, fica condicionada ao repasse para o adquirente da mercadoria, sob a forma de desconto, do valor correspondente ao benefício fiscal, devendo o desconto constar expressamente no documento fiscal.
.....”

“Art. 42 -

X-A - 5% (cinco por cento) do valor da operação ao contribuinte que, obrigado a informar os eventos da NF-e denominados “confirmação da operação”, “operação não realizada” ou “desconhecimento da operação”, não o faça no prazo previsto em regulamento;

Art. 3º - Os itens e subitens, abaixo indicados, do Anexo I da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

ANEXO I
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA
(previsto no art. 1º, I)

Classificação				HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA		Valores em Real (R\$)
1	2	16			Estabelecimentos que armazenem produtos controlados, a saber:	
1	2	16	1		Armas e munições, artigos pirotécnicos (fogos de artifício), bebidas alcoólicas, combustíveis líquidos ou gasosos, explosivos, cáusticos, corrosivos, agressivos, abrasivos, inflamáveis e gases industriais	625,00
1	2	16	2		Chumbo para caça	136,00
1	2	16	3		Outros produtos sujeitos à fiscalização e controle policial	136,00
1	2	16	4		Explosivos (de ruptura, pólvoras químicas e mecânicas, acessórios iniciadores e artifícios pirotécnicos)	1.625,00
1	3	6			Para camarotes, palcos e outras estruturas temporárias	
1	3	6	1		Até 750 m² de área construída (valor devido por m² construído e por dia de uso)	1,00
1	3	6	2		Acima de 750 m² de área construída (valor devido por m² construído e por dia de uso, limitado a R\$ 1.300,00 por dia)	1,30
1	4	1			Para uso de explosivos, a empresa de construção de estradas ou ferrovias (por dia)	2.130,00
6					TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA NA ÁREA DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	Valores em Real (R\$)
6	1				TAXAS VINCULADAS AO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA NO ÂMBITO DO DETRAN, RELACIONADAS COM A HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR VEÍCULOS	
6	1	1			Permissão para dirigir veículos automotores - 1ª Habilitação	143,00
6	1	2			2ª via ou Alteração de licença de aprendizagem	74,00
6	1	3			Exame de legislação de reciclagem	36,00
6	1	4			Junta Médica Pericial a requerimento do interessado (Oftalmológico / Sanidade Física e Mental)	77,00
6	1	5			Junta Médica Pericial a requerimento do interessado (Reavaliação Psicológica / Psicotécnica)	110,00
6	1	6			Renovação da CNH	120,00
6	1	7			Adição de categoria A	120,00

6	1	8			Adição de categoria B	120,00
6	1	9			Mudança de categoria	143,00
6	1	10			Segunda via da permissão ou CNH	56,00
6	1	11			Alteração de cadastro do condutor	56,00
6	1	12			Troca de Permissão - CNH definitiva	77,00
6	1	13			Reabilitação condutor ou permissionado	77,00
6	1	14			Transferência de jurisdição (UF)	120,00
6	1	15			Permissão internacional para dirigir	520,00
6	1	16			Autorização para instrutor vinculado	120,00
6	1	17			Autorização para instrutor não vinculado	120,00
6	1	18			Credenciamento de Centro de Formação de Condutores (CFC)	5.269,00
6	1	19			Renovação anual de credenciamento de CFC	2.172,00
6	1	20			Credenciamento de clínicas médico-psicológicas	5.269,00
6	1	21			Renovação anual do credenciamento de clínicas médico-psicológicas	2.172,00
6	1	22			Alteração de dados cadastrais de clínicas e CFC	372,00
6	1	23			Autorização para cadastramento de Perito	120,00
6	1	24			Reexame de direção veicular 2 e 4 rodas	25,00
6	1	25			Reexame de legislação	25,00
6	1	26			Recurso CETRAN - Junta Médica Pericial (Oftalmológico/Sanidade Física e Mental)	149,00
6	1	27			Recurso CETRAN - Junta Médica Pericial (Psicológico/Psicotécnico)	211,00
6	1	28			Curso fora da sede do CFC	60,00
6	1	29			Emissão de relatórios externos (linha de registro lido)	2,20
6	1	30			Substituição da Habilitação Estrangeira com ou sem acordo	120,00
6	1	31			Certidão de prontuário de condutor	12,00
6	1	32			Licença para Aprendizagem de Direção Veicular (LADV) categoria A ou B	15,00
6	1	33			LADV categoria AB	15,00
6	1	34			LADV categoria AC	30,00
6	1	35			LADV categoria AD	30,00
6	1	36			LADV categoria AE	30,00
6	1	37			LADV categoria C, D, ou E	30,00
6	2				TAXAS VINCULADAS AO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA NO ÂMBITO DO DETRAN, RELACIONADAS COM O REGISTRO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	
6	2	1			Primeiro emplacamento	176,00
6	2	2			Vistoria	80,00
6	2	3			Transferência de propriedade	146,00
6	2	4			Troca de placa veículo com duas letras	171,00
6	2	5			Escolha especial de placa	650,00
6	2	6			Mudança de categoria do veículo	176,00

6	2	7		Mudança de Município do veículo	91,00
6	2	8		Desalienação/Baixa de gravame	42,00
6	2	9		Cancelamento de inclusão Gravame	42,00
6	2	10		Alteração de dados cadastrais do proprietário do veículo	121,00
6	2	11		Transferência do veículo para o Estado da Bahia	179,00
6	2	12		Alteração de características do veículo	48,00
6	2	13		Licenciamento anual	95,00
6	2	14		Baixa de veículo por sinistro ou mudança de país	55,00
6	2	15		Vistoria lacrada	80,00
6	2	16		Selagem de placa	36,00
6	2	17		Autorização provisória para trânsito de veículo	63,00
6	2	18		Credenciamento de despachantes	246,00
6	2	19		Renovação anual de credenciamento de despachantes	183,00
6	2	20		Gravação ou regravação de número de identificação do veículo (VIN)	95,00
6	2	21		Gravação ou regravação de Motor	95,00
6	2	22		Substituição de Motor	95,00
6	2	23		Autorização de placa de experiência/fabricantes	176,00
6	2	24		Homologação do livro de registro de reforma, compra, venda, desmonte, recuperação de veículos	25,00
6	2	25		Credenciamentos de fabricantes e fornecedores de placas	246,00
6	2	26		Renovação de credenciamento de fabricantes e fornecedores de placas	246,00
6	2	27		Credenciamento de oficinas para gravação e regravação de VIN e ou motor	246,00
6	2	28		Renovação de credenciamento de oficinas para gravação e regravação de VIN e/ou motor	246,00
6	2	29		Credenciamento para utilização de placas de experiência/fabricantes	416,00
6	2	30		Renovação de credenciamento para utilização de placas de experiência / fabricantes	416,00
6	2	31		Emissão de relatórios externos (linha de registro lido)	2,20
6	2	32		Reboque ou guincho de veículo	260,00
6	2	33		Comunicação de venda	45,00
6	2	34		Cancelamento de comunicação de venda	45,00
6	2	35		Relacre da placa	54,00
6	2	36		Fiscalização de Vistorias Veiculares	6,00
6	2	37		Registro de Contrato de Financiamento	15,00
6	2	38		Credenciamento de Empresas Credenciadas de Vistoria (ECV)	5.246,00
6	2	39		Renovação de Empresas Credenciadas de Vistoria (ECV)	2.246,00
6	2	40		Exclusão de cadastro de veículo	40,00

Art. 4º - O Anexo I da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, passa a vigorar acrescido dos seguintes subitens:

“ANEXO I
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA
(previsto no art. 1º, I)

Classificação				Classificação		HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA Valores em Real (R\$)
1	2	14	5		Explosivos (de ruptura, pólvoras químicas e mecânicas, acessórios iniciadores e artificios pirotécnicos)	1.153,00
1	2	15	9		Explosivos (de ruptura, pólvoras químicas e mecânicas, acessórios iniciadores e artificios pirotécnicos)	225,00
1	2	22			Estabelecimentos que transportem produtos controlados, a saber:	
1	2	22	1		Armas e munições, artigos pirotécnicos (fogos de artifício), bebidas alcoólicas, combustíveis líquidos ou gasosos, explosivos, cáusticos, corrosivos, agressivos, abrasivos, inflamáveis e gases industriais	980,00
1	2	22	2		Chumbo para caça	136,00
1	2	22	3		Outros produtos sujeitos à fiscalização e controle policial	136,00
1	2	22	4		Explosivos (de ruptura, pólvoras químicas e mecânicas, acessórios iniciadores e artificios pirotécnicos)	1.980,00
1	2	23			Estabelecimentos que vendam no atacado produtos controlados, a saber:	
1	2	23	1		Armas e munições, artigos pirotécnicos (fogos de artifício), bebidas alcoólicas, combustíveis líquidos ou gasosos, explosivos, cáusticos, corrosivos, agressivos, abrasivos, inflamáveis e gases industriais	625,00
1	2	23	2		Chumbo para caça	136,00
1	2	23	3		Outros produtos sujeitos à fiscalização e controle policial	136,00
1	2	23	4		Explosivos (de ruptura, pólvoras químicas e mecânicas, acessórios iniciadores e artificios pirotécnicos)	1.625,00
1	2	24			Stand de tiro	2.340,00
1	2	25			Blindagem de carro	1.153,00
1	4	6			Para show pirotécnico (por evento)	1.153,00
1	4	7			Empresa de formação de blaster (por curso)	2.153,00

Art. 5º - Os itens, abaixo indicados, do Anexo II da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

“ANEXO II
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DO PODER EXECUTIVO
(previsto no art. 1º, II)

Classificação				Classificação					HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA			
1	1			ASSISTÊNCIA POLICIAL OU DE BOMBEIRO PRESTADA A INTERESSADO								
1	1	1			Oficiais PM/BM; Delegados de Polícia; Peritos							
1	1	1	1			Hora diurna					52,00	
1	1	1	2			Hora noturna					78,00	
1	1	2			Praças PM/BM; Investigadores; Escrivão							
1	1	2	1			Hora diurna					18,00	
1	1	2	2			Hora noturna					27,00	
1	10	2	1		Residências e comércios, indústrias e serviços que não ofereçam risco especial à vida e à propriedade							
1	10	2	1	1			Área até 5.000m ²					0,75
1	10	2	1	2			Área superior a 5.000m ² até 10.000m ²					0,70
1	10	2	1	3			Área superior a 10.000m ² até 20.000m ²					0,60
1	10	2	1	4			Superior a 20.000m ²					0,50
1	10	2	2		Comércios, indústrias e serviços que ofereçam risco especial à vida e à propriedade							
1	10	2	2	1			Área até 5.000m ²					1,10
1	10	2	2	2			Área superior a 5.000m ² até 10.000m ²					1,00
1	10	2	2	3			Área superior a 10.000m ² até 20.000m ²					0,90
1	10	2	2	4			Superior a 20.000m ²					0,80

Valores em Real (R\$)

Classificação				Classificação	HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA
7				TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	
7	1			PRESTAÇÃO NO ÂMBITO DO DETRAN	
7	1	1		Segunda via de CRV e CRLV	58,00
7	1	2		Deslocamento para vistoria externa por solicitação do interessado - até 120Km da sede	419,00
7	1	3		Cadeia sucessória	46,00
7	1	4		Diária de veículos recolhidos, retidos e apreendidos	42,00
7	1	5		Consulta de Renavan	1,50
7	1	6		Certidão de veículo	19,00
7	1	7		Busca de documento em arquivo	22,00

Valores em Real (R\$)

Art. 6º - O § 2º do art. 6º da Lei nº 12.903, de 05 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º -
.....”

§ 2º - As transferências previstas no § 1º deste artigo serão efetuadas nos exercícios de 2015 e 2016.

.....”

Art. 7º - Fica instituído o Fundo Estadual de Logística e Transportes, de natureza contábil-financeira, destinado à melhoria da infraestrutura de logística e transporte do Estado da Bahia, mediante construção, manutenção e recuperação de infraestruturas de logística e transportes.

§ 1º - O Fundo previsto no *caput* deste artigo será vinculado à Secretaria de Infra-Estrutura - SEINFRA, a quem competirá a sua gestão.

§ 2º - Constituem receitas do Fundo Estadual de Logística e Transportes:

I - recursos do Tesouro Estadual, através de transferências à conta do Orçamento Geral do Estado, nos termos do § 3º deste artigo;

II - auxílios, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas;

III - doações e legados;

IV - outros recursos a ele destinados.

§ 3º - O Orçamento Geral do Estado fixará o montante dos recursos destinados ao Fundo em cada exercício financeiro.

§ 4º - Os recursos do Fundo destinam-se exclusivamente a investimentos.

Art. 8º - Ficam revogados o subitem “1.4.5” do item “1” do Anexo I e as notas 1 e 3 do item “1” do Anexo II, todos da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2014.

Deputado Adolfo Menezes
Relator

O Sr. Bruno Reis:- Eu gostaria de solicitar a V.Exª uma verificação de quórum

de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª será atendido.

Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Peço que seja cumprido o tempo regulamentar para que os deputados se desloquem para a sessão e que, de imediato, V.Exª já convoque os parlamentares da base do governo que estão no cafezinho, na biblioteca pesquisando matérias, nos gabinetes, no lançamento do livro ou próximos ao gabinete do senhor a se dirigirem a este Plenário, pois existe um pedido de verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª será atendido.

Quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Temos quórum.

Em votação o projeto de lei nº 21.010/2014, de procedência do Poder Executivo, que altera as leis 7014, de 04 de dezembro de 1996, e 11.631, de 30 de dezembro de 2009, e dá outras providências. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado com os votos contrários dos deputados Carlos Geilson, Elmar Nascimento, Bruno Reis, Pedro Tavares e Adolfo Viana. Portanto, aprovado por maioria. O projeto irá para sanção do governo do Estado.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Eu queria apenas aqui lembrar que na próxima segunda-feira teremos na Casa votação. Eu queria convocar para segunda-feira votação do 1º turno do Orçamento e alguns outros projetos que estão sendo negociados, alguns já com prazos, então eu queria solicitar à Bancada de governo que na segunda-feira, dia 22, estejamos todos aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Convide também os deputados de Oposição, seja gentil.

O Sr. Zé Neto:- (...) Os deputados de Oposição o deputado Elmar deve fazer a convocação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, foi acertado aqui pelos Líderes votar segunda-feira os projetos acordados e, se possível, o Orçamento em 1º turno.

Declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*